



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Itupiranga**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

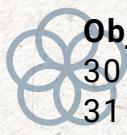
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019- 2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Itupiranga (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

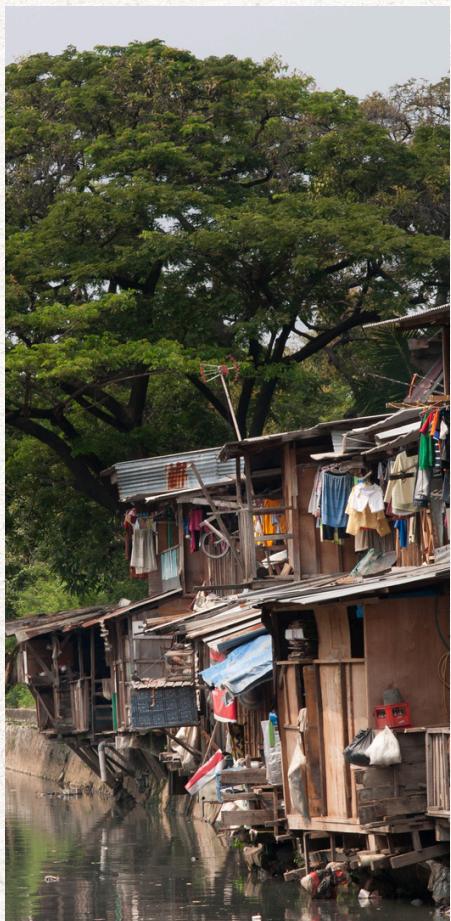
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Itupiranga apresentou relativa estabilidade, oscilando levemente de 50% para 51%. Já em 2022, observa-se um salto expressivo, atingindo quase 60%, o que indica um possível reflexo de fatores conjunturais, como a retração econômica e os impactos prolongados da pandemia da COVID-19, que afetaram especialmente as populações mais vulneráveis. O mesmo padrão foi observado na Região de Integração Lago de Tucuruí e no estado do Pará, ainda que com taxas percentuais inferiores, o que sugere um fenômeno de abrangência regional (Gráfico 1).

Em 2023, os dados indicam uma redução significativa das taxas de pobreza nos três recortes territoriais. Em Itupiranga, a taxa caiu para 50,2%, voltando aos patamares anteriores à elevação brusca de 2022. A RI Lago de Tucuruí apresentou uma queda ainda mais acentuada, saindo de 59% para 46,2%, enquanto o estado do Pará teve a menor taxa entre os três (43,8%), mantendo sua posição relativa de menor pobreza ao longo do período. Essa retração pode estar associada à retomada de políticas públicas de transferência de renda, recuperação do mercado de trabalho informal e ampliação de

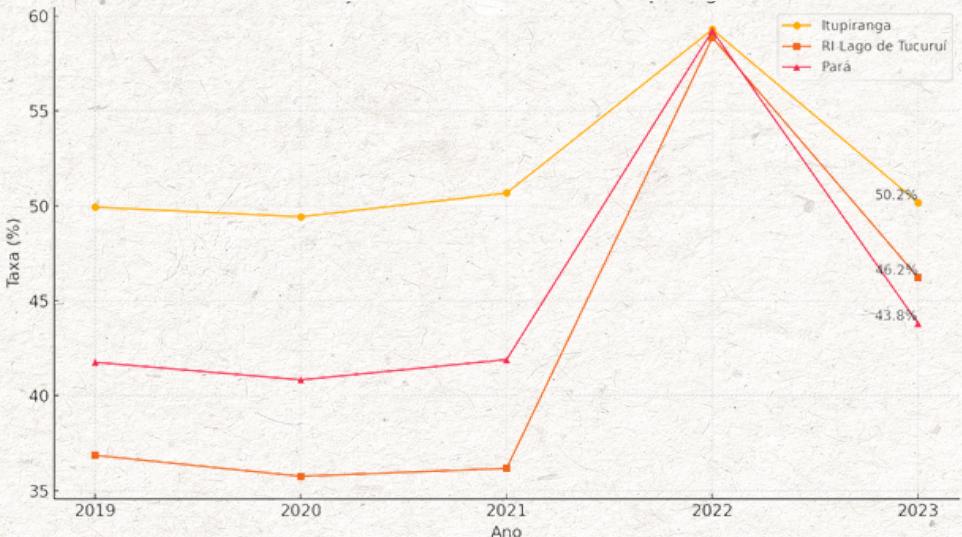




investimentos sociais (Gráfico 1).

Apesar da recuperação parcial, o patamar final de 2023 ainda revela um cenário de pobreza elevado, especialmente em Itupiranga, com taxas superiores à média estadual. Essa diferença estrutural indica vulnerabilidades locais persistentes, possivelmente ligadas à baixa diversificação econômica, à informalidade e à menor cobertura de políticas estruturantes. Assim, o indicador revela não apenas oscilações conjunturais, mas também fragilidades estruturais que exigem respostas territoriais mais ajustadas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No período de 2019 a 2023, o município de Itupiranga manteve percentuais relativamente elevados de alocação orçamentária em serviços essenciais, variando entre 67% e 71%. A maior proporção foi registrada em 2019 (71,6%) e a menor em 2022 (67%), evidenciando alguma oscilação, mas com permanência em patamares altos. A RI Lago de Tucuruí seguiu trajetória semelhante, embora com percentuais inferiores, enquanto o estado do Pará se manteve sistematicamente abaixo dos dois, indicando menor priorização proporcional desses serviços no nível estadual

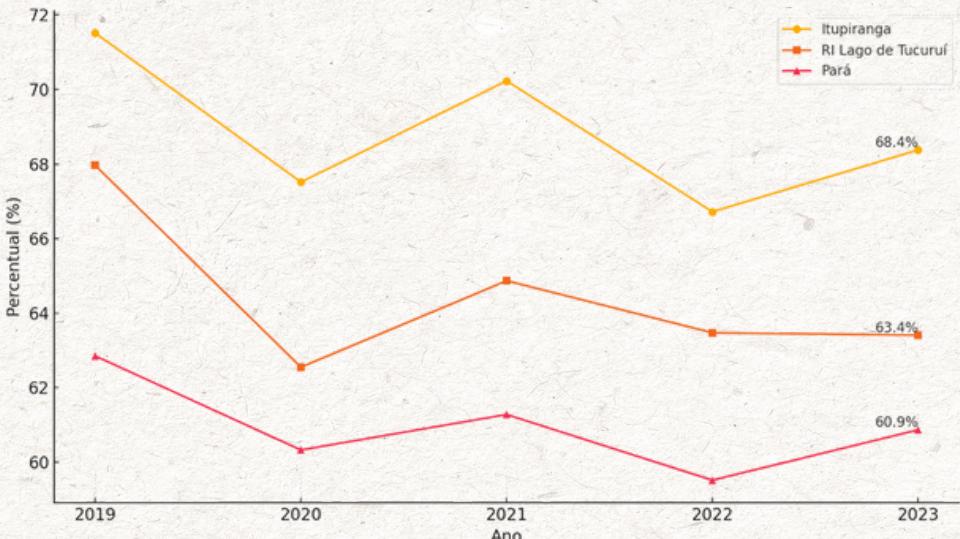
(Gráfico 2).

O comportamento do indicador ao longo do tempo revela uma queda em 2020, provavelmente em razão das adaptações orçamentárias necessárias frente à pandemia, com posterior recuperação em 2021. Entretanto, em 2022 observa-se nova retração nos três níveis territoriais, sinalizando possíveis efeitos do fim de auxílios emergenciais e restrições fiscais que impactaram os orçamentos públicos. A recuperação observada em 2023 sugere um esforço de recomposição das despesas essenciais, com Itupiranga atingindo 68,4% (Gráfico 2).

Apesar da recuperação parcial em 2023, os valores ainda são inferiores aos de 2019, especialmente em Itupiranga e na região, o que indica a necessidade de maior estabilidade e continuidade nas políticas públicas. A comparação entre os níveis evidencia o compromisso mais expressivo dos municípios, especialmente Itupiranga, com a manutenção dos serviços essenciais, embora o esforço fiscal precise ser ampliado para garantir impactos efetivos sobre indicadores sociais como a própria taxa de pobreza (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, Itupiranga manteve uma taxa relativamente estável na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, variando entre 5,6% e 6,5%, níveis inferiores à média da Região de Integração do Lago de Tucuruí e do estado do Pará. Esse desempenho positivo inicial pode estar associado a boas práticas de atenção pré-natal e acompanhamento básico à saúde da gestante no município, ou a questões relacionadas à subnotificação e perfil demográfico local (Gráfico 3).

A partir de 2022, observa-se uma mudança brusca na tendência: Itupiranga salta para 8,2%, superando pela primeira vez os percentuais da

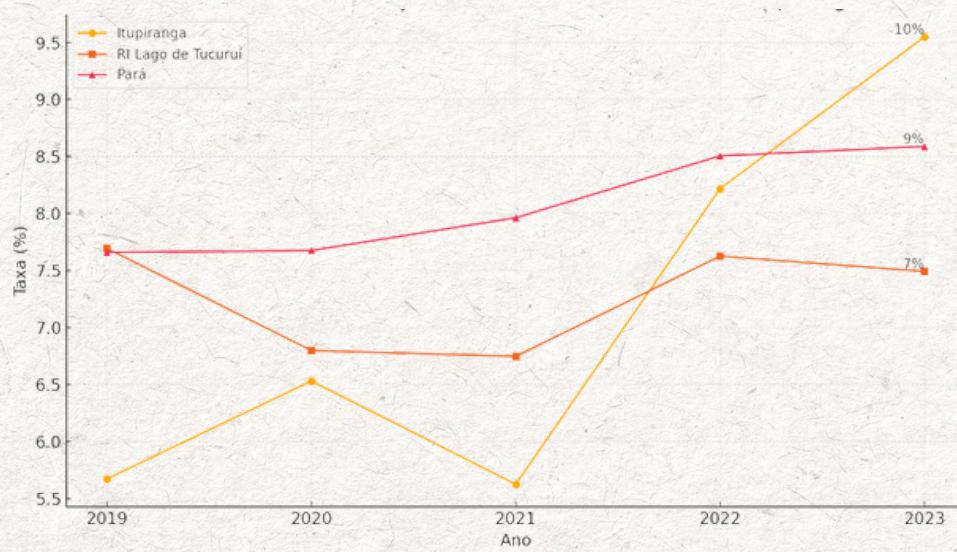
região e aproximando-se da média estadual. Em 2023, o município alcança o maior valor da série (10%), evidenciando um aumento preocupante que pode estar relacionado a múltiplos fatores, como deterioração das condições de saúde materna, insegurança alimentar, ou falhas na cobertura e qualidade do pré-natal. O estado do Pará, embora com crescimento mais moderado, também teve aumento, passando de 7,7% para 9% no mesmo período (Gráfico 3).

A RI Lago de Tucuruí apresentou maior estabilidade ao longo da série, oscilando entre 6,8% e 7,6%, encerrando 2023 com taxa de 7%. Essa estabilidade contrasta com o

comportamento mais volátil de Itupiranga, sugerindo uma possível fragilidade na estrutura local de atenção básica à saúde. O crescimento da prevalência no município exige atenção das políticas públicas, com foco na promoção da saúde materno-infantil e fortalecimento da rede de atenção primária e nutricional (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



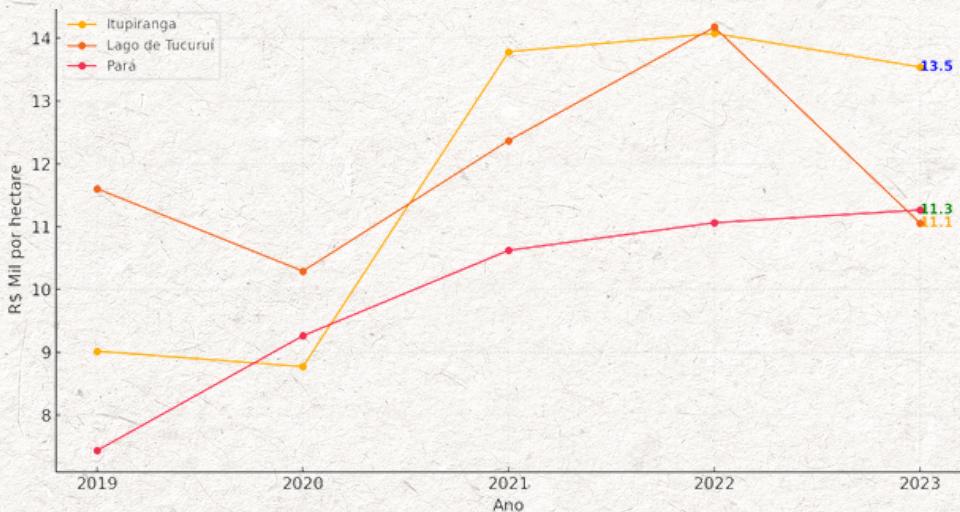
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Itupiranga iniciou o período com uma produtividade agrícola de R\$ 9 mil por hectare, valor inferior à média da Região de Integração e à do estado do Pará. Em 2020, houve uma leve queda para R\$ 8,8 mil/ha, sinalizando um início de retração. No entanto, em 2021, o município apresentou um salto expressivo na produtividade, atingindo R\$ 13,8 mil/ha, ultrapassando inclusive a RI e o estado. Esse desempenho pode estar relacionado à introdução de práticas mais eficientes, mecanização ou valorização de culturas de maior retorno econômico (Gráfico 4).

O ano de 2022 representou o pico da série histórica para todas as esferas analisadas, com Itupiranga chegando a R\$ 14,1 mil/ha e a RI Lago de Tucuruí a valores similares. Esse resultado possivelmente reflete condições climáticas favoráveis, incentivos produtivos ou uma conjuntura de preços elevados no mercado agrícola. Já em 2023, tanto Itupiranga quanto a RI sofreram retração, com o município fechando em R\$ 13,5 mil/ha e a região em R\$ 11,1 mil/ha, enquanto o estado do Pará apresentou estabilidade e atingiu R\$ 11,3 mil/ha (Gráfico 4).

A performance de Itupiranga ao longo da série revela forte oscilação e sensibilidade a fatores conjunturais, mas também demonstra capacidade de expansão da produtividade acima da média regional. O comportamento sugere potencial competitivo na atividade agropecuária, que, se bem sustentado com políticas de assistência técnica, crédito rural e infraestrutura, pode representar importante vetor de desenvolvimento econômico para o município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil em Itupiranga apresentou uma trajetória de queda significativa ao longo do período de 2019 a 2023. No início da série, o município registrava valores superiores a 15 óbitos por mil nascidos vivos, nível acima da média estadual e da Região de Integração Lago de Tucuruí. A partir de 2021, observou-se uma inflexão positiva, com redução contínua da taxa, atingindo 12 em 2023. Esse resultado representa um avanço relevante e indica melhora em aspectos

como cobertura de atenção básica à saúde, ampliação do pré-natal e possível redução de fatores de risco (Gráfico 5).

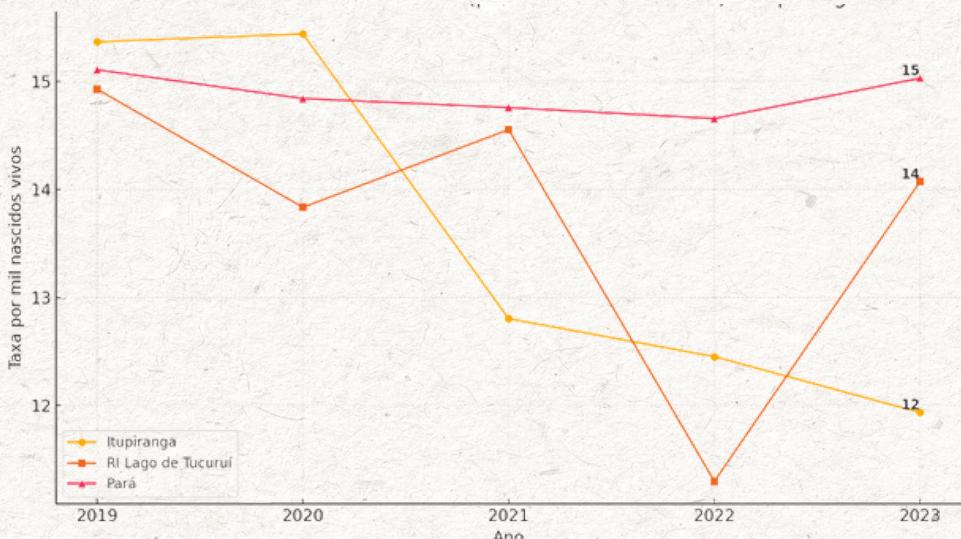
A Região de Integração seguiu trajetória semelhante, com queda até 2022, chegando ao seu ponto mais baixo (aproximadamente 11 óbitos por mil nascidos vivos), mas apresentou aumento expressivo em 2023, subindo para 14. Já o estado do Pará manteve-se em patamar elevado e estável ao longo da série, entre 14,7 e 15,0, o que revela desafios estruturais persistentes no sistema estadual de saúde, especialmente nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 5).





A divergência entre as tendências municipais e estadual evidencia a importância da gestão local na obtenção de melhores resultados. Em Itupiranga, a queda consistente da mortalidade infantil pode refletir investimentos direcionados, ações preventivas e esforços de qualificação da atenção primária. No entanto, o desempenho da RI e do estado, com retomada da alta em 2023, sugere que os avanços obtidos ainda são frágeis e demandam políticas contínuas e territorialmente integradas para garantir sustentabilidade dos resultados (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

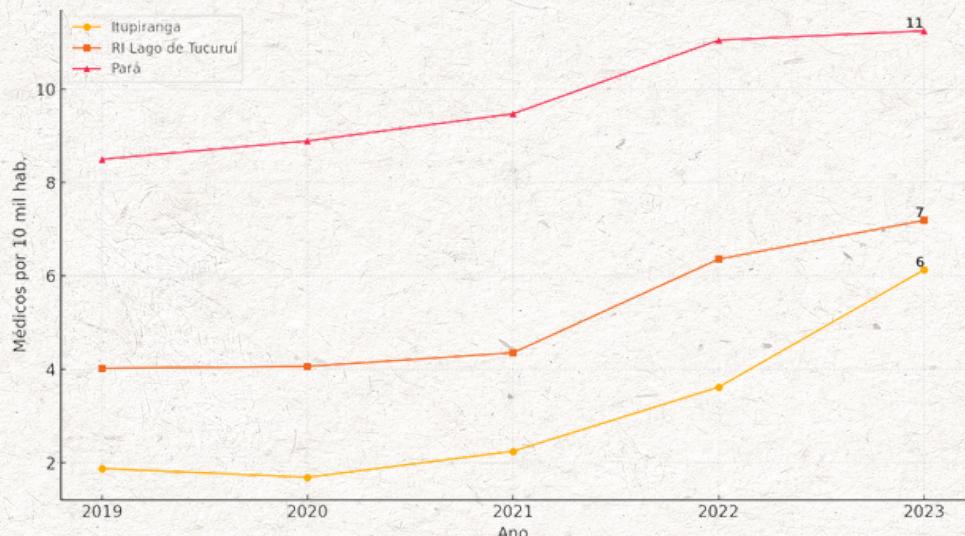
O número de médicos por 10 mil habitantes em Itupiranga apresentou crescimento expressivo ao longo da série histórica, saindo de um patamar bastante baixo em 2019 (1,8) para atingir 6,0 em 2023. Esse aumento gradual reflete esforços de interiorização de profissionais de saúde, programas de provimento médico (como o Mais Médicos), além de possível ampliação da rede de atenção básica e hospitalar. Apesar da melhora, o município ainda apresenta defasagem em relação aos níveis regional e estadual (Gráfico 6).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador também cresceu de forma significativa, passando de 4 para 7 médicos por 10 mil habitantes no período. Essa elevação indica um processo de fortalecimento regional dos serviços médicos, provavelmente impulsionado por políticas públicas federais e estaduais de fixação de profissionais, bem como por melhorias em infraestrutura de saúde. Já o estado do Pará registrou a maior densidade médica da série, com crescimento contínuo, chegando a 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023 (Gráfico 6).



Embora a tendência seja positiva em todos os níveis, a diferença entre Itupiranga e o estado permanece considerável. Essa desigualdade evidencia a necessidade de estratégias específicas para atrair e fixar médicos nos municípios de menor porte, com incentivos financeiros, melhoria das condições de trabalho e valorização das carreiras na atenção básica. O aumento na densidade médica, se bem acompanhado de estrutura de apoio e políticas de saúde materno-infantil, pode contribuir diretamente para a continuidade da redução da mortalidade infantil observada em Itupiranga (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

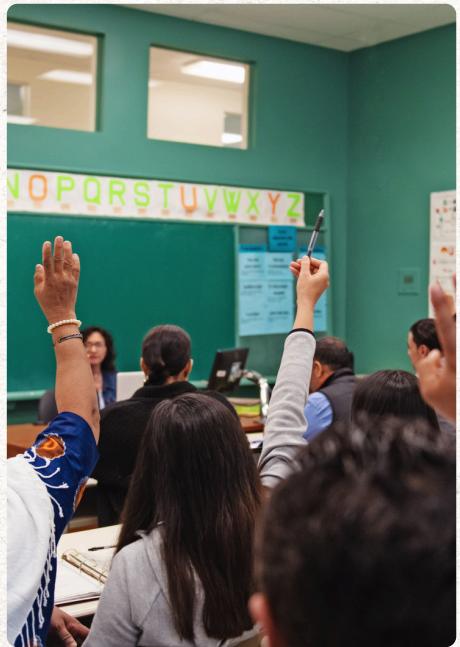




ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Itupiranga iniciou o período de análise com um número elevado de vagas no ensino público por mil habitantes, atingindo 242 vagas em 2019, o que refletia uma capacidade de atendimento educacional acima das médias regional e estadual. No entanto, houve uma queda nos anos seguintes, atingindo 231 vagas em 2020 e 2021. Esse movimento pode indicar contenção de expansão educacional ou readequações administrativas frente a mudanças populacionais e orçamentárias (Gráfico 7).

Em 2022, tanto Itupiranga quanto a Região de Integração Lago de Tucuruí apresentaram recuperação expressiva no indicador, com a RI ultrapassando momentaneamente o

município (237 contra 236), o que sugere possível ampliação de matrículas ou reabertura de vagas represadas durante o período pandêmico. Já o estado do Pará também cresceu, porém em ritmo mais contido. Contudo, em 2023, todos os territórios analisados apresentaram queda, com Itupiranga encerrando o ano com 213 vagas por mil habitantes, mantendo-se, ainda assim, acima da média estadual (Gráfico 7).

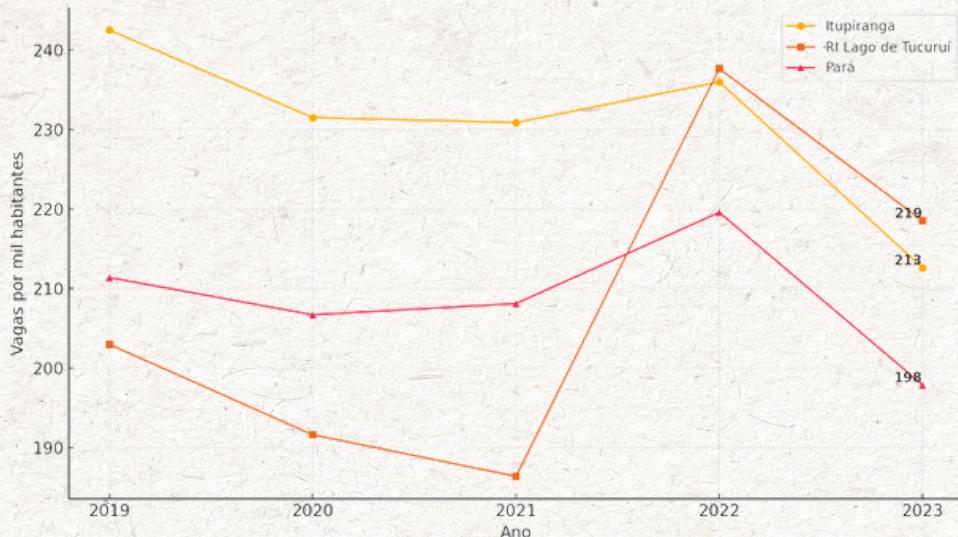
Essa trajetória oscilante revela desafios em manter uma oferta de vagas proporcional à demanda da população. A leve tendência de queda no final da série pode representar risco de comprometimento da universalização do acesso à educação, especial-

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

mente se combinada com fatores como crescimento populacional ou evasão escolar. A manutenção de uma oferta robusta exige políticas locais de gestão escolar, planejamento de demanda e alocação de recursos compatíveis com a realidade municipal (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 213 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Itupiranga apresentou avanço significativo entre 2019 e 2023. O município partiu de um patamar modesto, com cerca de 34% das escolas conectadas em 2019, acompanhando o cenário estadual, que também se encontrava abaixo de 35%. Em 2020, houve avanço para 42%, possivelmente impulsionado pela necessidade de conectividade durante o período de ensino remoto ocasionado pela pandemia da COVID-19 (Gráfico 8).

Contudo, em 2021, Itupiranga sofreu um retrocesso expres-

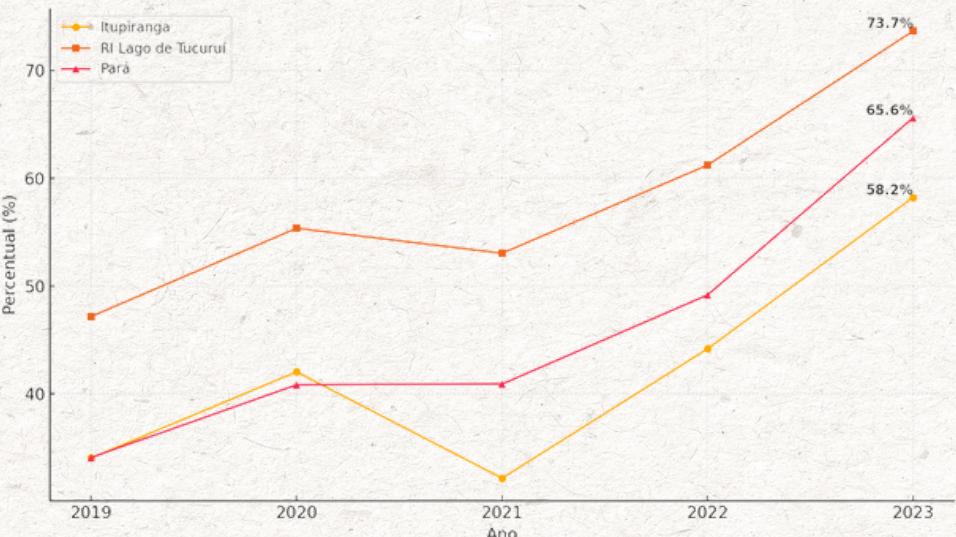
sivo, caindo para 32%, enquanto o estado manteve estabilidade e a Região de Integração Lago de Tucuruí demonstrou resiliência, mantendo patamares superiores. Essa queda pode indicar problemas estruturais na manutenção dos serviços ou limitações na infraestrutura digital local. A partir de 2022, o município retomou a trajetória de crescimento e alcançou 58,2% em 2023, o maior valor da série, mas ainda inferior aos níveis da RI (73,7%) e do estado do Pará (65,6%) (Gráfico 8).

O avanço recente do indicador em Itupiranga é um sinal

positivo, especialmente considerando os desafios enfrentados pelos municípios no interior da Amazônia para ampliar infraestrutura digital. Apesar disso, a defasagem frente às demais esferas evidencia a necessidade de políticas públicas direcionadas à conectividade escolar como eixo estruturante da qualidade da educação. A internet nas escolas é elemento essencial não apenas para acesso a conteúdo, mas para inclusão digital, formação docente e integração com plataformas de gestão e acompanhamento pedagógico (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

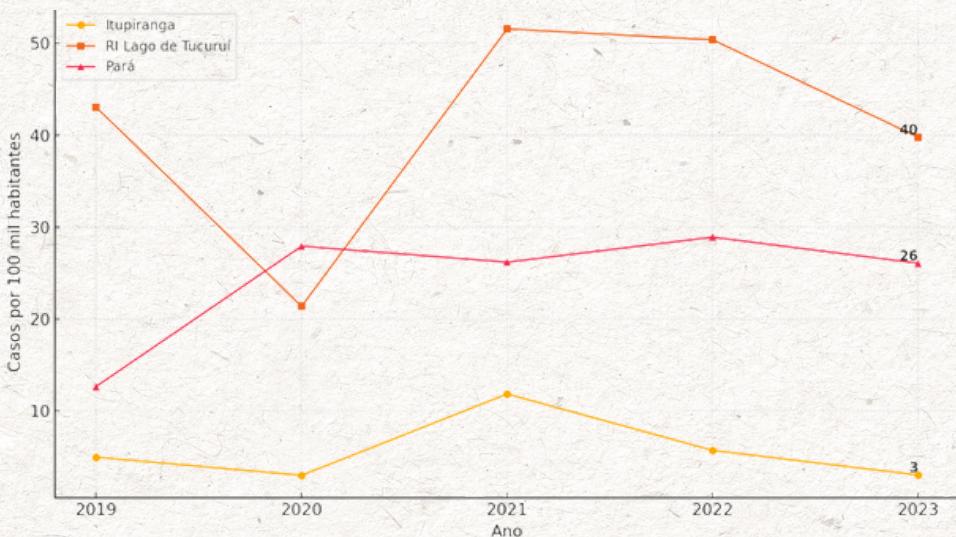
O município de Itupiranga apresentou níveis relativamente baixos de violência contra a mulher por parceiros ao longo do período analisado, com variações entre 3 e 12 casos por 100 mil habitantes. Em 2019, a taxa era de 5, caiu para 3 em 2020, aumentou para 12 em 2021, e voltou a cair gradualmente, encerrando 2023 com apenas 3 casos por 100 mil habitantes. Essa oscilação pode refletir tanto mudanças reais nos registros de violência quanto variações na notificação e no acesso aos serviços de denúncia e proteção às vítimas (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, os níveis foram consistentemente mais elevados. A taxa começou em 43 em 2019, caiu para 22 em 2020, mas voltou a subir de forma expressiva, atingindo o pico de 52 em 2021, e diminuindo gradualmente até 40 em 2023. Já o estado do Pará manteve-se mais estável, com variação entre 13 e 26 casos por 100 mil habitantes. Esses dados apontam para uma realidade preocupante na RI, que mesmo com a queda em 2023, continua apresentando indicadores acima da média estadual e muito acima dos níveis observados em Itupiranga (Gráfico 9).

A comparação entre os três níveis revela um cenário complexo. Enquanto Itupiranga apresenta dados relativamente baixos, é necessário considerar a possibilidade de subnotificação, especialmente em municípios menores, onde o estigma social, o medo de retaliações ou a falta de canais adequados podem inibir denúncias. Por outro lado, a estabilidade da taxa estadual e a alta incidência na região reforçam a necessidade de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência de gênero, com foco em prevenção, acolhimento e empoderamento feminino (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O indicador de ocupação feminina em cargos gerenciais em Itupiranga mostra uma trajetória de crescimento expressivo ao longo dos cinco anos analisados. O município partiu de 32,7% em 2019, sofreu uma leve queda em 2020 (30,3%), mas a partir de 2021 iniciou uma curva ascendente que culminou com 46,5% em 2023, um aumento de mais de 16 pontos percentuais em quatro anos. Esse crescimento é significativo e sinaliza avanços na equidade de gênero no mercado de trabalho local, refletindo maior inclusão das mulheres em posições de liderança (Gráfico 10).



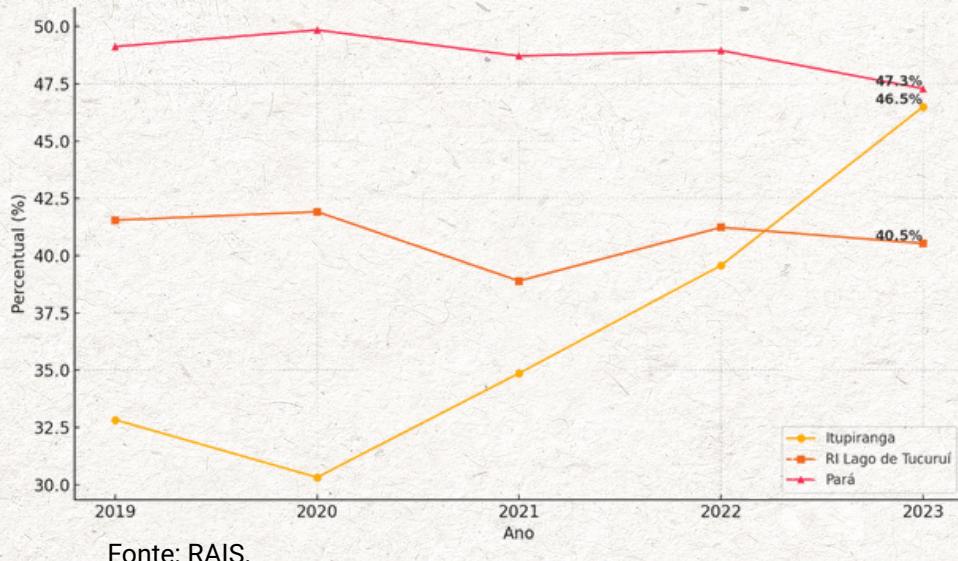


A Região de Integração do Lago de Tucuruí apresentou desempenho mais oscilante. Começou com 41,6% em 2019, variou pouco nos dois anos seguintes, mas encerrou 2023 com leve recuo, marcando 40,5%. Já o estado do Pará manteve-se com os maiores percentuais ao longo de todo o período, sempre próximo ou acima de 48%, com discreta queda em 2023 (47,3%). Esse padrão revela que, embora o estado esteja em melhor situação geral, Itupiranga demonstrou maior dinamismo e evolução positiva mais acelerada no período recente (Gráfico 10).

A evolução em Itupiranga é bastante

promissora, sobretudo considerando o histórico de desigualdade de gênero em áreas interioranas. No entanto, o indicador também sugere que, apesar do crescimento, ainda há espaço para avançar na consolidação da paridade, especialmente quando se observa que o estado já trabalha com uma quase equivalência de gênero na ocupação de cargos gerenciais. O desafio, portanto, é manter essa tendência de crescimento com políticas de valorização, capacitação e combate a barreiras estruturais que ainda restringem o protagonismo feminino em espaços de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

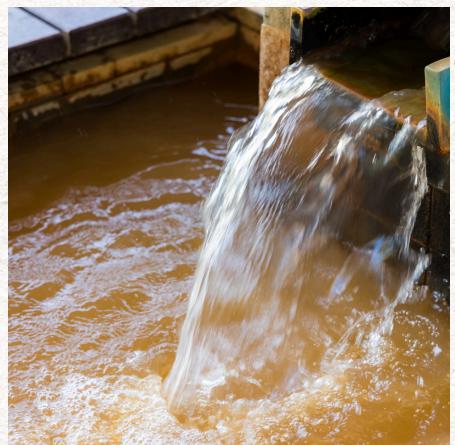
O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Itupiranga, observa-se uma evolução modesta, porém constante, no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto entre 2019 e 2023. O indicador partiu de aproximadamente 0,9% em 2019, mantendo-se estável em 2020, e passando para 1,5% em 2023. Ainda que o crescimento percentual seja significativo em termos relativos, o valor absoluto continua extremamente baixos, evidenciando uma situação crítica de exclusão dessa população dos serviços básicos de saneamento no município (Gráfico 11).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o cenário é um pouco mais favorável. Em 2019, o percentual era de cerca de 3,7%, oscilando levemente nos anos seguintes e alcançando 4,4% em 2023. A região apresenta um padrão de crescimento mais estável e superior ao de Itupiranga, porém também revela uma cobertura limitada, o que indica desafios estruturais persistentes na universalização da co-

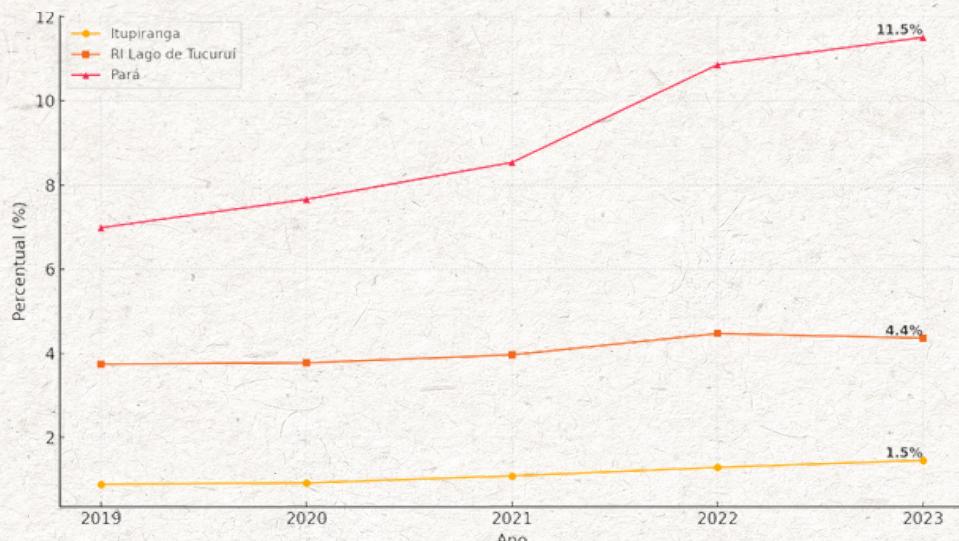
leta de esgoto para a população de baixa renda (Gráfico 11).

Já no estado do Pará, o avanço é mais expressivo. Em 2019, o percentual era de 7%, subindo progressivamente até atingir 11,5% em 2023. Esse aumento significativo demonstra um esforço estadual mais contundente na expansão do acesso ao saneamento básico, especialmente para os grupos mais vulneráveis. No entanto,

mesmo com esse progresso, o índice ainda revela que grande parte da população de baixa renda no estado continua sem acesso adequado à coleta de esgoto (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Itupiranga apresentou um comportamento extremamente crítico ao longo de todo o período analisado (2019-2023), com gasto per capita em saneamento básico igual a zero em todos os anos. Essa ausência total de investimento direto por habitante sugere não apenas negligência orçamentária na área, mas também a impossibilidade de avanços estruturais nos serviços de esgoto e abastecimento, o que ajuda a explicar os baixos percentuais de cobertura observados no primeiro gráfico (Gráfico 12).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, os gastos apresentaram variações significativas. Em 2019, o gasto per capita era de R\$ 41, com aumen-

to progressivo até atingir R\$ 63 em 2021. No entanto, observa-se uma forte queda em 2022 (R\$ 32), seguida por uma leve recuperação em 2023 (R\$ 44). Apesar de os valores não serem elevados, refletem ao menos um compromisso parcial e instável com o financiamento do setor, o que se traduz em melhorias lentas e desiguais nos indicadores de cobertura (Gráfico 12).

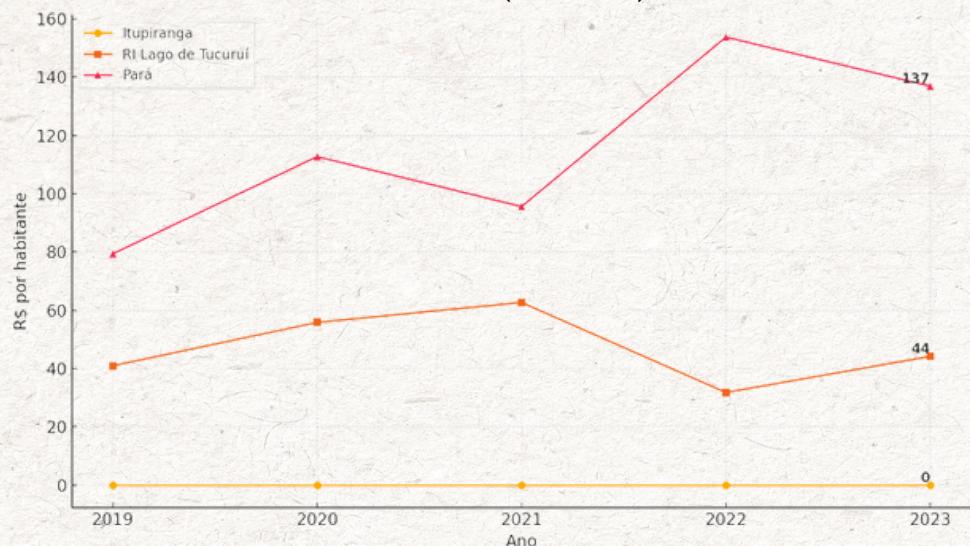
No estado do Pará como um todo, o gasto per capita em saneamento apresentou maior robustez e crescimento ao longo do período. O valor passou de R\$ 80 em 2019 para um pico de R\$ 154 em 2022, encerrando o período em R\$ 137 em 2023. Embora haja uma leve queda no último ano, o ní-

vel de investimento é significativamente mais alto em comparação com os demais recortes territoriais. Esses dados reforçam a ideia de que políticas estaduais vêm sendo implementadas com maior intensidade, ainda que os benefícios estejam se distribuindo de maneira desigual entre municípios e regiões (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Itupiranga, o consumo de energia elétrica per capita apresentou um crescimento significativo entre 2019 e 2023. Partindo de aproximadamente 489 kWh/hab. em 2019, o indicador manteve-se relativamente estável até 2020, seguido de um aumento gradual a partir de 2021, atingindo 622 kWh/hab. em 2023. Essa evolução indica uma possível ampliação do acesso à energia elétrica e do uso de eletrodomésticos ou outros equipamentos elétricos, refletindo avanços no padrão de vida da



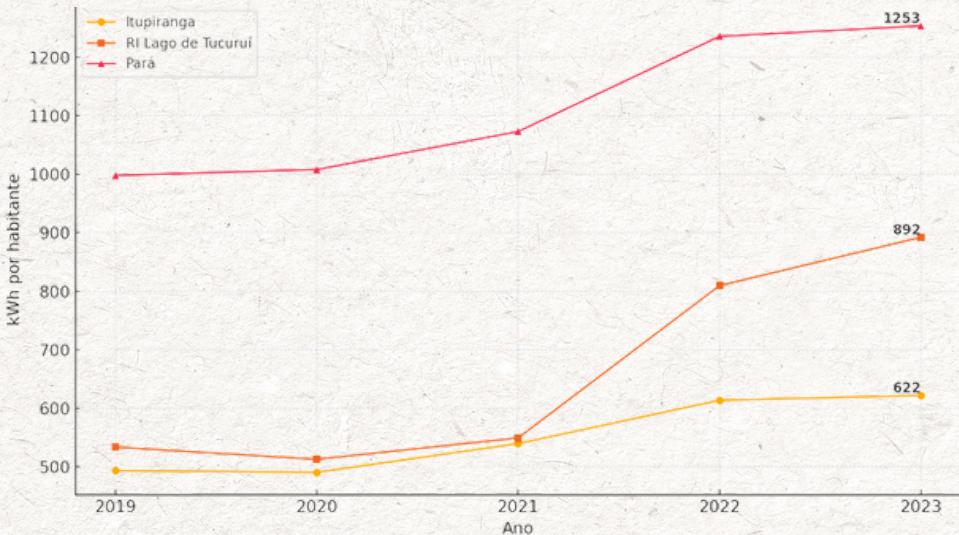
população local, ainda que abaixo das médias estadual e regional (Gráfico 13).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento do consumo também foi positivo, mas com crescimento mais acentuado. O indicador saiu de 531 kWh/hab. em 2019 para 892 kWh/hab. em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse padrão de aceleração pode refletir investimentos na rede elétrica regional ou melhoria no poder aquisitivo dos domicílios, favorecendo o uso mais intensivo da energia elétrica. Ainda assim, o nível de consumo médio permanece inferior ao do estado como

um todo (Gráfico 13).

No estado do Pará, o crescimento do consumo per capita foi contínuo e robusto ao longo do período, partindo de cerca de 998 kWh/hab. em 2019 e chegando a 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse desempenho expressa não apenas o aumento da eletrificação, mas também uma maior penetração de equipamentos elétricos em domicílios e setores produtivos. A trajetória de crescimento no estado indica avanços estruturais na oferta e na utilização de energia, embora as desigualdades regionais ainda sejam evidentes ao se comparar com municípios como Itupiranga (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 622 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O município de Itupiranga apresentou uma trajetória de queda contínua no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil entre 2019 e 2023. O indicador caiu de aproximadamente 5,2% para 3,8% nesse período, refletindo uma substituição gradual por fontes mais modernas de iluminação, provavelmente ligadas ao avanço da eletrificação e políticas de inclusão energética. Ainda assim, o valor permanece relativamente alto, evidenciando a existência de bolsões de exclusão energética (Gráfico 14).



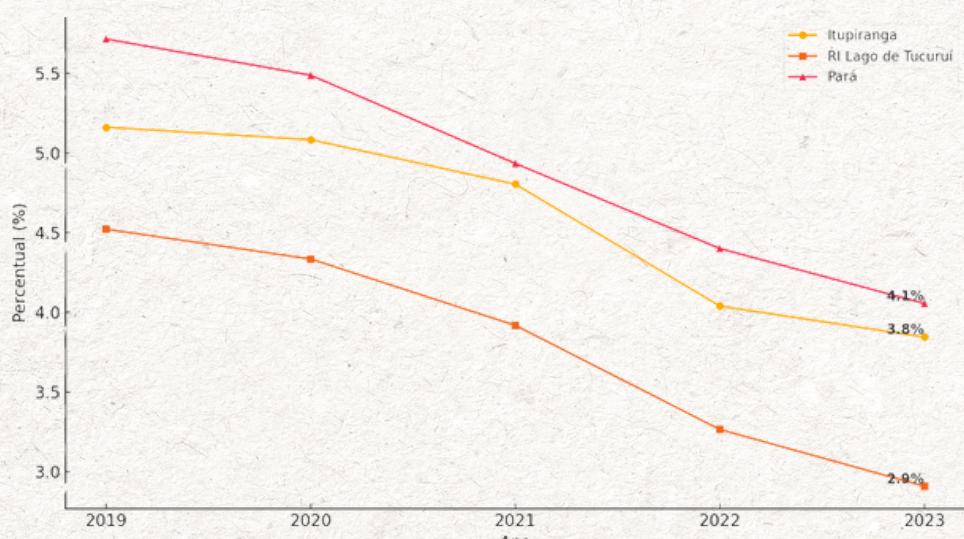
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante, com redução do percentual de 4,5% em 2019 para 2,9% em 2023. O ritmo de queda foi consistente, com destaque para a queda mais acentuada entre 2021 e 2022. O resultado sugere maior eficiência regional na substituição de tecnologias obsoletas e poluentes, como o uso de querosene ou velas, por sistemas de iluminação elétrica convencional, o que também contribui para melhorias em saúde e segurança nos domicílios (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indicador partiu de um patamar mais

elevado (5,7% em 2019) e encerrou 2023 em 4,1%, mantendo-se acima dos níveis registrados no município e na RI. Apesar da redução ser positiva, ela ocorre de forma mais lenta, indicando que a transição energética no estado como um todo ainda enfrenta entraves, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso. A manutenção de um número significativo de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil demonstra a necessidade de políticas públicas mais direcionadas à universalização do acesso à energia elétrica de qualidade (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICÓ e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



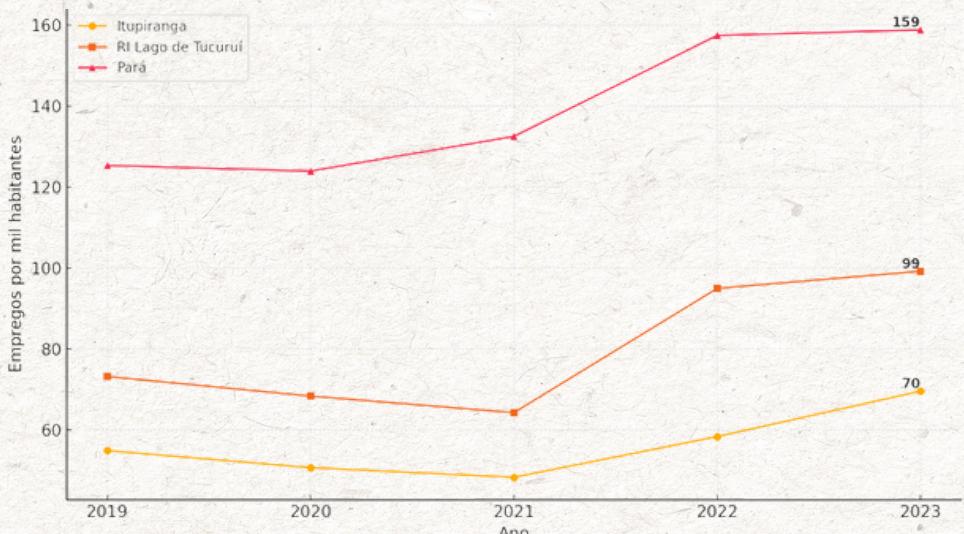
O indicador “Empregos Formais por Mil Habitantes” apresentou variações importantes entre 2019 e 2023 nos três níveis territoriais observados. Em Itupiranga, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 55, decrescendo até 48 em 2021, reflexo de um possível desaquecimento da economia local ou impactos da pandemia da COVID-19. No entanto, a partir de 2022, verifica-se uma recuperação significativa, atingindo 70 empregos por mil habitantes em 2023. Esse crescimento pode estar atrelado à retomada das atividades econômicas e a políticas locais de estímulo ao emprego formal (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante, com uma queda entre 2019 (74) e 2021 (64), seguida por um crescimento expressivo até 99 em 2023. Esse salto, principalmente entre 2021 e 2022, indica uma reação mais acelerada do mercado formal regional, possivelmente impulsionada por grandes empreendimentos, reativação de setores produtivos estratégicos ou investimentos públicos. A RI termina o período com uma densidade de empregos formais consideravelmente superior à de Itupiranga, sugerindo um ambiente econômico mais dinâmico (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

No estado do Pará, o cenário foi mais positivo e estável. O indicador começou em 125 empregos formais por mil habitantes em 2019, mantendo-se praticamente estável até 2020, e crescendo de forma consistente até atingir 159 em 2023. A trajetória estadual demonstra maior resiliência diante da crise e posterior fortalecimento do mercado formal, provavelmente puxado pelos grandes centros urbanos e polos industriais. A distância entre os valores estadual e municipal indica disparidades estruturais importantes entre regiões economicamente mais e menos desenvolvidas do estado (Gráfico 15).

O município de Itupiranga apresentou crescimento contínuo no PIB per capita ao longo do período, saindo de cerca de R\$ 9.800 em 2018 e alcançando R\$ 16.938 em 2022. Esse avanço expressivo pode refletir melhorias em setores produtivos locais, elevação do valor agregado de bens e serviços ou expansão de atividades econômicas, embora o nível ainda esteja significativamente abaixo das médias regional e estadual. A recuperação foi especialmente forte

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



entre 2020 e 2021, sugerindo reação à desaceleração provocada pela pandemia (Gráfico 16).

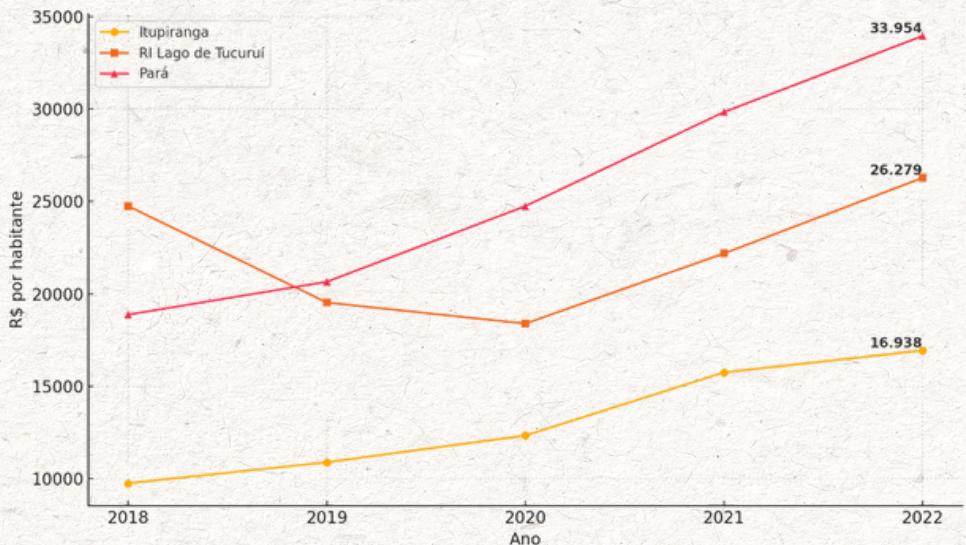
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento

foi inicialmente negativo, com queda de R\$ 24.800 em 2018 para R\$ 18.600 em 2020. Contudo, a partir de 2021, há uma recuperação robusta, encerrando o período com R\$ 26.279 em 2022. Essa trajetória revela vulnerabilidade inicial, possivelmente ligada a setores industriais ou extrativistas afetados por choques externos, seguida de uma retomada econômica que reverteu as perdas, colocando a região em patamar competitivo no contexto estadual (Gráfico 16).



O estado do Pará, por sua vez, exibiu crescimento firme e contínuo durante todo o período. O PIB per capita aumentou de R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Essa elevação constante reflete o fortalecimento da economia estadual, potencialmente puxada por setores exportadores (como mineração e agropecuária) e pela ampliação da infraestrutura produtiva. A consistência desse crescimento destaca a resiliência do estado e o contraste com as flutuações verificadas em Itupiranga e na RI Lago de Tucuruí (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.938/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Itupiranga, a participação da indústria no PIB apresentou trajetória decrescente ao longo dos anos, indo de 6,5% em 2018 para 3,0% em 2022. Essa redução expressiva pode estar associada à retração de atividades industriais locais ou à expansão mais acelerada de outros setores, como comércio e serviços. A queda no peso da indústria pode ser um sinal de fragilidade estrutural no setor, com implicações para a geração de empregos qualificados e a diversificação da base econômica municipal (Gráfico 17).

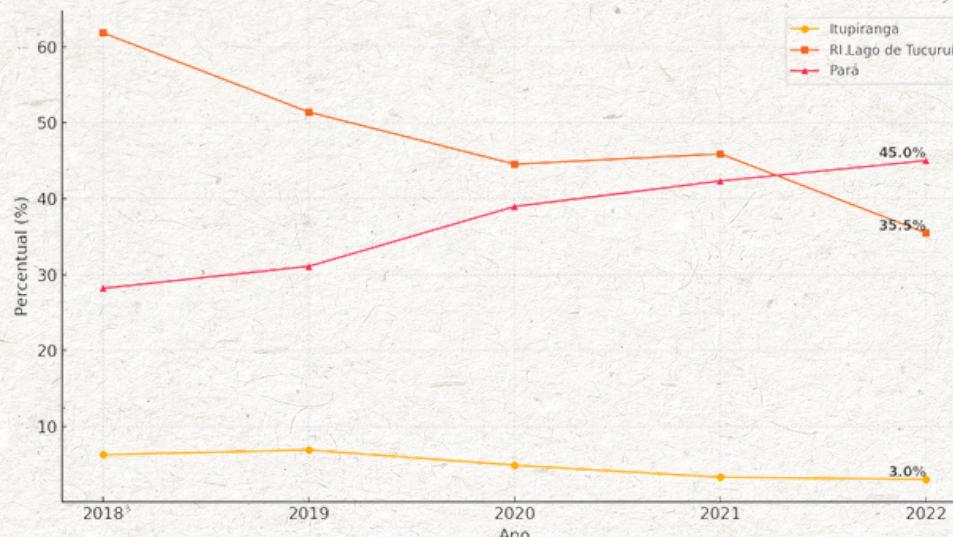
Na RI Lago de Tucuruí, o indicador começou em patamar elevado (61,6%) em 2018, mas apresentou declínio progressivo, encerrando em 35,5% em 2022. Apesar da perda de participação, a indústria ainda representa uma parcela significativa da economia regional, indicando a presença de atividades relevantes, como produção energética ou transformação de recursos naturais. A oscilação pode estar relacionada a variações na demanda, sazonalidade de produção ou mudanças na composição econômica regional (Gráfico 17).

No estado do Pará, o valor adicionado da indústria ao PIB teve trajetória oposta à dos demais recortes: cresceu de 28% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço reforça o papel central da indústria na economia estadual, especialmente por meio de setores como mineração, energia e construção civil. O crescimento da participação industrial indica maior complexidade produtiva e contribuição para o dinamismo econômico do estado, embora isso nem sempre se traduza em benefícios diretos e proporcionais para municípios de menor porte (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Itupiranga apresentou uma evolução significativa no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador começou em 9,9 profissionais em 2019 e permaneceu relativamente estável até 2021, com leve oscilação negativa. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma inflexão positiva, culminando em 12,4 profissionais por 100



mil habitantes em 2023. Esse crescimento recente pode estar relacionado a políticas de fomento à pesquisa, à atração de profissionais qualificados ou à ampliação da oferta de ensino superior e técnico na região (Gráfico 18).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comporta-

mento foi semelhante, iniciando em patamar ligeiramente inferior ao de Itupiranga em 2019 (9,5 profissionais por 100 mil), com declínio até 2021, atingindo o menor valor da série. Em 2022, ocorre uma recuperação expressiva, chegando a 12,5 profissionais em 2023. A trajetória aponta para um dinamismo recente na valorização das atividades científicas, possivelmente vinculado a investimentos regionais em educação, tecnologia e inovação, ou à consolidação de centros de pesquisa e extensão (Gráfico 18).

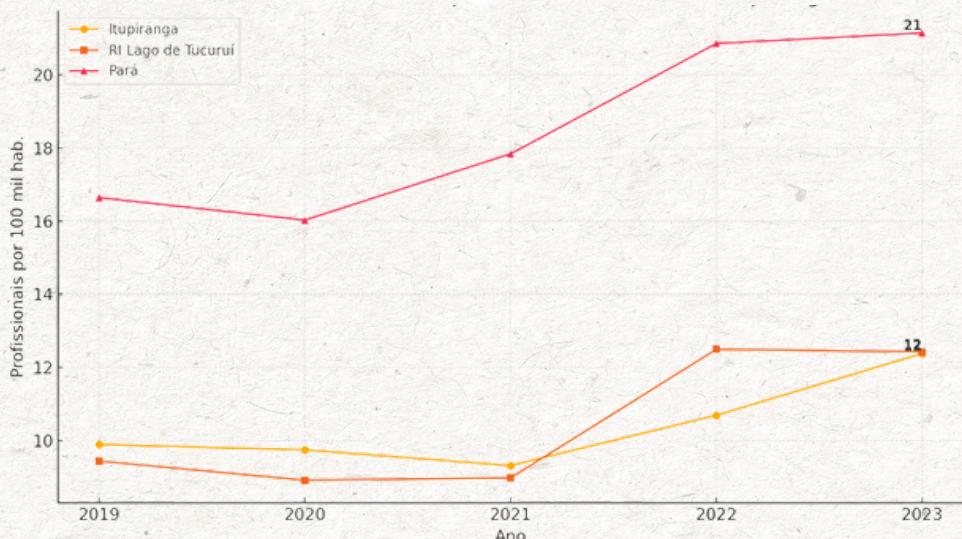
Já no estado do Pará, o indicador apresenta crescimento contínuo e mais robusto no pe-





ríodo analisado. Partindo de 16,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, houve uma pequena queda em 2020, mas a partir de 2021 o número cresce consistentemente, atingindo 21,0 profissionais em 2023. Esse aumento pode refletir o fortalecimento de instituições científicas, a interiorização de políticas públicas voltadas à pesquisa e desenvolvimento, e a expansão de programas estaduais voltados à formação científica. Ainda assim, a disparidade entre o estado e os recortes locais evidencia desigualdades no acesso e na formação de capital humano qualificado (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Itupiranga apresentou um comportamento oscilante, com tendência inicial de queda. O indicador partiu de 1,18% em 2019 e recuou para 0,70% em 2021, refletindo os efeitos de uma possível desaceleração econômica local e a precarização do mercado formal de trabalho, acentuada pela pandemia. Contudo, em 2022, houve uma recuperação para 1,00%, o que pode indicar uma revalorização dos vínculos formais e leve retomada do dinamismo econômico, ainda que sem atingir os níveis pré-crise (Gráfico 19).

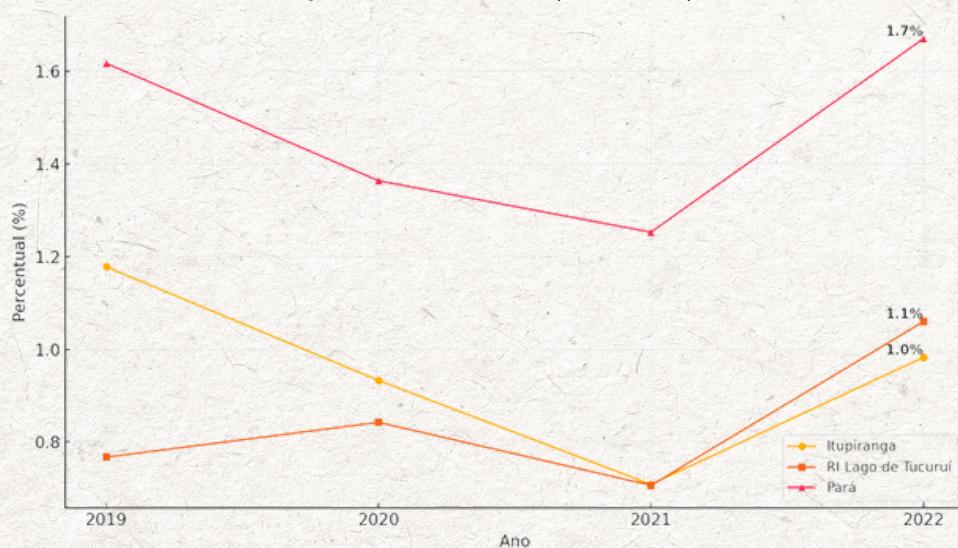
Na Região de Integração La-

go de Tucuruí, a série teve comportamento semelhante, mas com menor intensidade nas oscilações. A massa salarial formal em relação ao PIB variou de 0,76% em 2019 para 0,70% em 2021, com uma recuperação mais expressiva em 2022, alcançando 1,10%. Essa elevação final pode estar associada à expansão de empregos com maiores salários ou à redução da informalidade relativa, o que reforça a importância de políticas regionais de fortalecimento do mercado formal e do equilíbrio entre crescimento econômico e distribuição de renda (Gráfico 19).

Já no estado do Pará, o indicador demonstrou uma curva

em "V". Após iniciar com 1,62% em 2019, caiu gradualmente até 1,26% em 2021, o menor valor da série, mas voltou a subir com força em 2022, atingindo 1,70% – o maior percentual do período. Esse resultado aponta para uma recuperação mais robusta da economia estadual e maior participação do trabalho formal na geração de riqueza. Ainda assim, os valores relativamente baixos em todas as esferas sugerem que a maior parte do PIB paraense não decorre de salários formais, revelando desafios relacionados à informalidade, concentração de renda e setores produtivos de baixa absorção de mão de obra (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Itupiranga apresentou crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2021, saindo de 37 para 61 linhas por 100 habitantes, o que indica um processo de expansão da conectividade móvel. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma queda para 51 e posterior estabilização em 50 linhas em 2023. Essa retração pode estar associada à substituição de linhas móveis por outras formas de comunicação digital (como internet fixa), à descontinuidade de investimentos em infraestrutura de telecomunicações ou à crise econômica local (Gráfico 20).

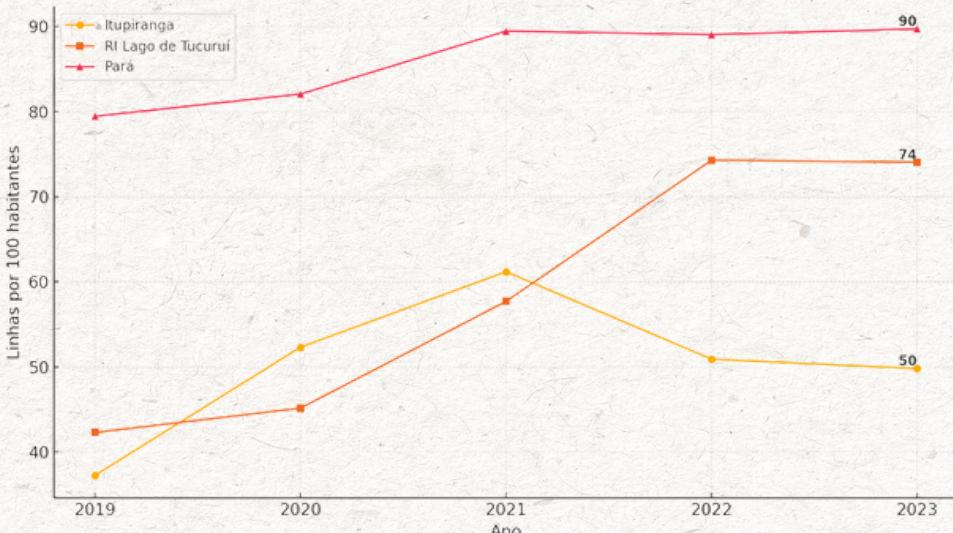
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador teve comportamento ascendente durante todo o período, partindo de 43 linhas em 2019 e alcançando 74 em 2022 e 2023. O crescimento foi particularmente expressivo entre 2021 e 2022, indicando forte avanço da cobertura e uso da telefonia móvel. Isso pode refletir investimentos em rede, ampliação da cobertura de operadoras e maior poder aquisitivo dos habitantes regionais, o que contribui para a inclusão digital e acesso à informação (Gráfico 20).





O estado do Pará manteve um padrão de crescimento constante e elevado. O número de linhas móveis por 100 habitantes aumentou de 80 em 2019 para 90 em 2023, com destaque para a estabilidade em patamar alto a partir de 2021. O desempenho estadual sugere um ambiente consolidado de acesso à telefonia móvel, com cobertura ampla, especialmente nos grandes centros urbanos. A diferença em relação aos valores de Itupiranga evidencia desigualdades de acesso e de infraestrutura entre os municípios do interior e o restante do estado (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Itupiranga, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou comportamento oscilante, com tendência de recuperação recente. O indicador caiu de R\$ 12 em 2019 para apenas R\$ 5 em 2021, refletindo prováveis restrições orçamentárias ou priorização de outras áreas durante a pandemia. No entanto, a partir de 2022, houve um crescimento expressivo, atingindo R\$ 36 em 2023. Essa retomada pode estar relacionada a novos projetos culturais ou ambientais e à recomposição da capacidade fiscal municipal (Gráfico 21).

Na RI Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante. Os valores se mantiveram abaixo dos R\$ 25 até 2021, com pequena variação entre os anos. Contudo, entre 2021 e 2022, a despesa disparou para R\$ 63 e, em 2023, alcançou R\$ 82 por habitante. Essa elevação significativa sugere a adoção de políticas públicas regionais mais robustas em cultura e meio ambiente, possivelmente com apoio de programas estaduais ou federais, marcando uma inflexão positiva na valorização dessas áreas (Gráfico 21).

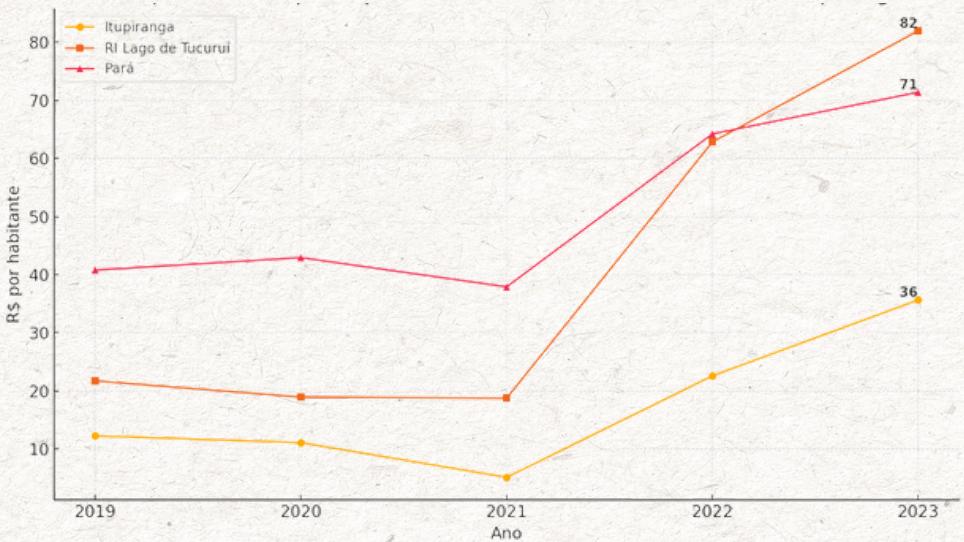
O estado do Pará manteve

patamar mais elevado ao longo do período, iniciando em R\$ 41 por habitante em 2019 e atingindo R\$ 71 em 2023. Embora tenha havido uma leve queda em 2021 (R\$ 38), a recuperação foi rápida, com forte crescimento nos anos seguintes. Esse desempenho evidencia o fortalecimento da atuação estadual nas agendas culturais e ambientais, indicando maior institucionalização e prioridade orçamentária dessas áreas no planejamento público, em contraste com a volatilidade observada em municípios menores como Itupiranga (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 36/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

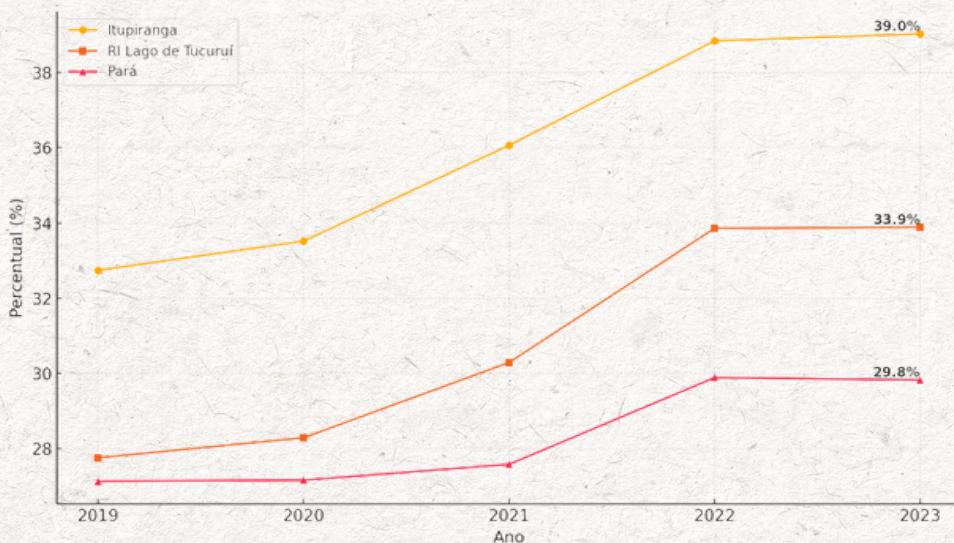
Em Itupiranga, o percentual de pessoas de baixa renda que adotam práticas inadequadas de disposição de resíduos (como queimar ou enterrar o lixo) aumentou de forma consistente entre 2019 e 2023. O indicador saltou de 32,8% para 39,0% no período, o que representa um crescimento de mais de 6 pontos percentuais. Essa tendência evidencia a carência de cobertura de serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, afetando principalmente as populações em situação de vulnerabilidade, e revelando a persistência de práticas ambientalmente inade-

quadas no município (Gráfico 22).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a evolução foi semelhante. O indicador partiu de 27,7% em 2019 e chegou a 33,9% em 2022, permanecendo estável em 2023. A trajetória ascendente indica que a problemática do descarte inadequado de resíduos atinge a região como um todo, podendo estar associada à expansão desordenada de áreas periféricas, ausência de infraestrutura em comunidades rurais e baixa efetividade das políticas de gestão de resíduos sólidos (Gráfico 22).

No estado do Pará, o crescimento também foi observado, embora com menor intensidade. O percentual aumentou de 27,1% para 29,8% entre 2019 e 2023. Apesar de mais moderado, esse avanço revela que o problema é de escala estadual, ainda que mais acentuado em determinadas regiões. O cenário reforça a urgência de políticas públicas integradas que ampliem a coleta regular de resíduos, promovam educação ambiental e garantam alternativas sustentáveis de destinação para a população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Itupiranga, o percentual de população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar permaneceu relativamente estável entre 2019 e 2022, oscilando entre 41,0% e 42,6%, mas apresentou queda mais acentuada em 2023, atingindo 40,6%. Apesar da redução recente, o patamar ainda é elevado e aponta para uma precariedade significativa nas condições de saneamento básico da população mais pobre, especialmente nas áreas que não são atendidas por redes de esgoto ou fossas sépticas adequadas (Gráfico 23).

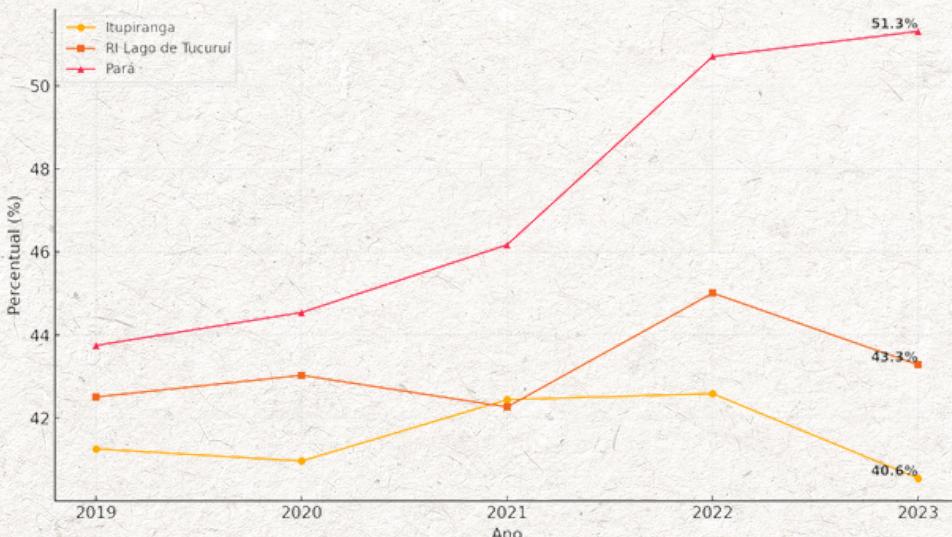
Na Região de Integração La-

go de Tucuruí, o indicador manteve-se entre 42% e 43% até 2021, com um salto em 2022 para 45,0%, seguido de uma queda para 43,3% em 2023. Esses valores, além de elevados, revelam que a dependência de fossas rudimentares é uma prática comum entre os municípios da região, o que implica riscos à saúde pública e ao meio ambiente, sobretudo pela contaminação de solos e lençóis freáticos em áreas densamente povoadas ou com infraestrutura sanitária deficiente (Gráfico 23).

Já no estado do Pará, o crescimento do indicador foi mais expressivo e contínuo.

Em 2019, 43,7% da população de baixa renda utilizava fossa rudimentar, número que aumentou para 51,3% em 2023. Esse salto revela um agravamento das condições de saneamento no período, possivelmente intensificado por expansão urbana desordenada, ausência de investimentos estruturais em esgotamento sanitário e crescimento populacional em áreas vulneráveis. A alta incidência estadual destaca a dimensão do desafio enfrentado no cumprimento das metas de universalização do saneamento, especialmente entre os segmentos mais pobres da população (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Itupiranga, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento expressivo ao longo do período de 2019 a 2023. O valor partiu de R\$ 223 por habitante em 2019, teve uma elevação para R\$ 314 em 2020, recuou levemente em 2021, mas voltou a crescer de forma significativa em 2022 (R\$ 382), mantendo-se em patamar elevado em 2023 (R\$ 366). Essa trajetória sugere uma maior atenção do município a políticas de gestão de riscos e desastres, possivelmente em resposta a eventos

climáticos extremos ou pressões institucionais por maior resiliência local (Gráfico 24).

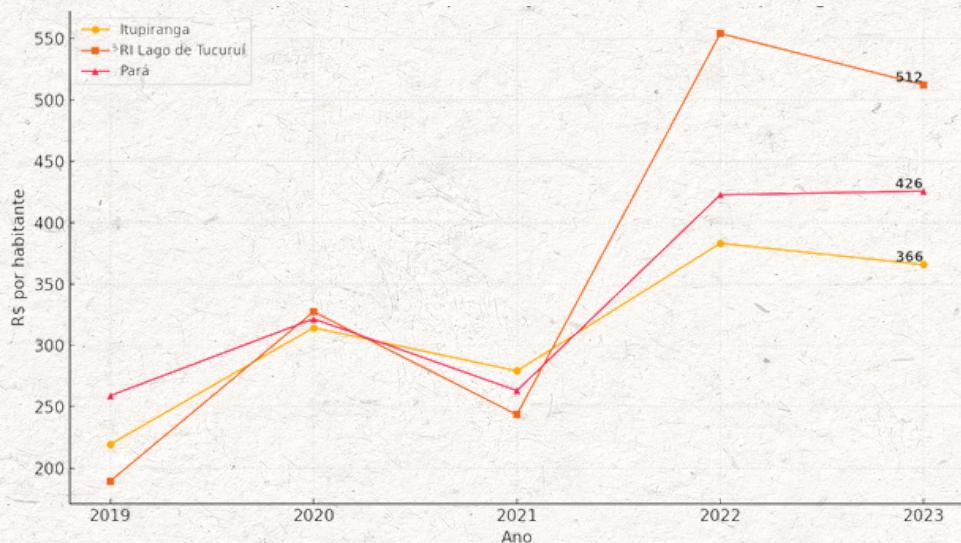
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi mais acentuado. Após um crescimento de R\$ 186 em 2019 para R\$ 325 em 2020, houve queda para R\$ 244 em 2021, seguida de um salto expressivo para R\$ 553 em 2022 e uma leve redução em 2023 (R\$ 512). Esses valores, os maiores entre os três níveis territoriais, indicam que a região pode estar sendo afetada por vulnerabilidades ambientais relevantes,



como cheias, deslizamentos ou queimadas, exigindo maior alocação de recursos para mitigação e prevenção de desastres (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos também cresceram, embora de forma mais estável e com menor amplitude. O valor aumentou de R\$ 261 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com destaque para a elevação consistente entre 2021 e 2022. O padrão estadual aponta para a institucionalização progressiva das políticas de prevenção de desastres, em consonância com diretrizes nacionais de defesa civil e mudanças climáticas. Ainda assim, os valores estaduais ficaram abaixo dos verificados na RI Lago de Tucuruí, o que sugere maior concentração de riscos nessa região específica (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 366/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

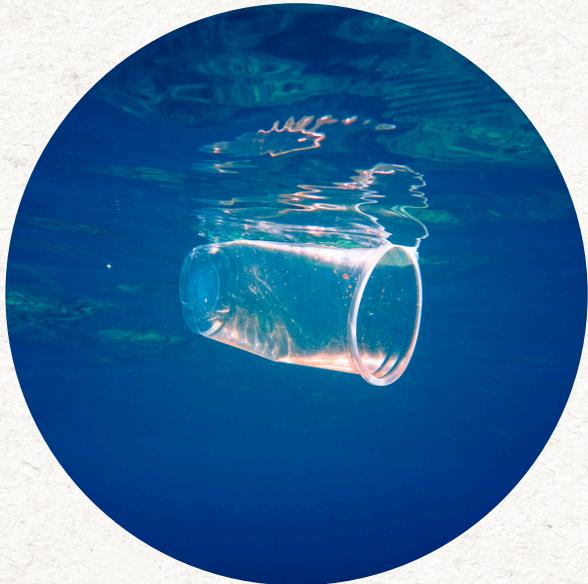
Em Itupiranga, a despesa per capita com preservação aquática permaneceu baixa durante todo o período, com oscilação entre R\$ 43 e R\$ 78. O valor mais elevado foi registrado em 2021, mas logo em 2022 caiu para seu ponto mais baixo (R\$ 43), recuperando-se levemente em 2023 (R\$ 72). Essa variação sugere falta de continuidade ou regularidade no planejamento e execução de ações voltadas à proteção de rios, lagos e mananciais no município, o que pode comprometer a qualidade da água e a conservação dos ecossistemas aquáticos locais (Gráfico 25).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o nível de investimento foi consistentemente

mais alto. Os valores se mantiveram acima de R\$ 280 em todos os anos, com picos em 2020 e 2023, quando atingiram R\$ 339 e R\$ 415, respectivamente. Esse padrão pode estar ligado à importância estratégica dos recursos hídricos na região – em especial a presença do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – e à necessidade de investimentos na gestão sustentável dessas áreas, incluindo prevenção de contaminações, reflorestamen-

to ciliar e manejo de pesca (Gráfico 25).

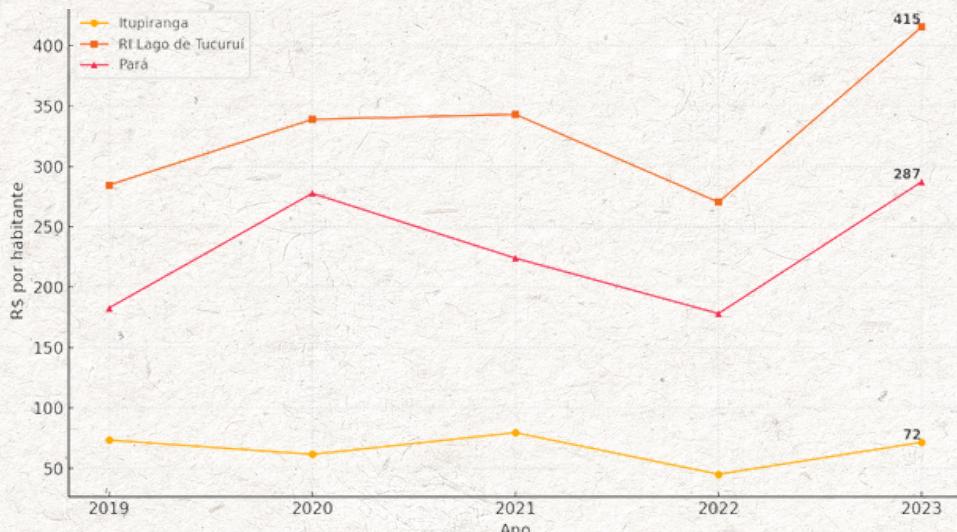
O estado do Pará apresentou comportamento intermediário, com despesas variando de R\$ 179 em 2019 a R\$ 287 em 2023. Houve aumento até 2020, queda em 2021 e 2022, e recuperação em 2023. A tendência sugere que, embora haja sensibilidade ambiental no nível estadual, os investimentos em preservação aquática ainda são relativamente modestos frente aos desafios





da degradação de ecossistemas hídricos e da crescente demanda por água de qualidade, especialmente em áreas urbanas e agrícola (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 72/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Itupiranga apresentou uma leve, porém constante, redução no percentual de área de floresta entre 2019 e 2023. Em 2019, 35,9% da área do município era coberta por floresta, percentual que caiu progressivamente até atingir 34,2% em 2023. Embora a variação absoluta seja pequena, ela indica uma tendência de perda de cobertura vegetal nativa, possivelmente associada a desmatamento para fins agropecuários ou de expansão urbana, o que fragiliza os serviços ecossistêmicos e contribui para desequilíbrios ambientais locais (Gráfico 26).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a perda de cobertura florestal foi mais acentuada até 2022, quando o

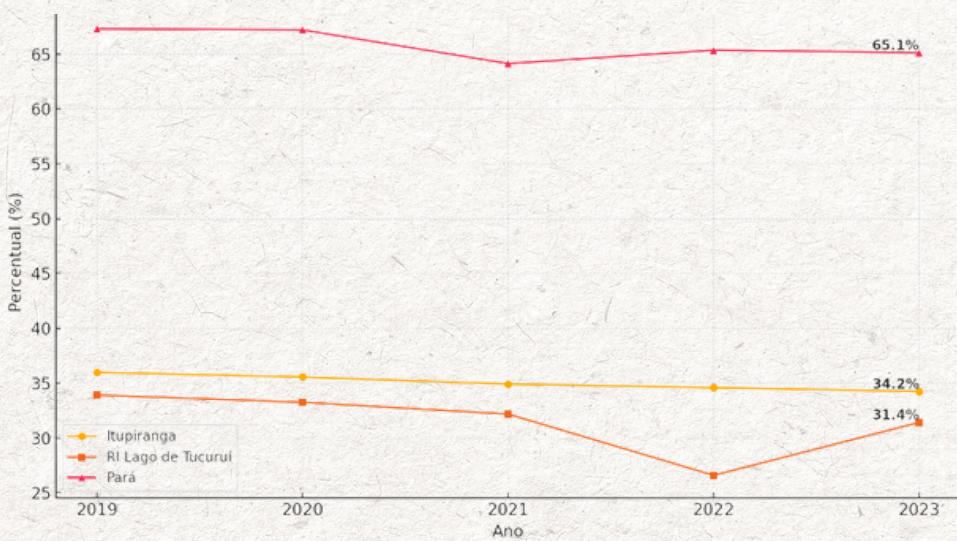
percentual atingiu seu ponto mais baixo (27,1%). A partir de então, houve uma leve recuperação, com 31,4% da área ainda coberta por floresta em 2023. Essa variação pode refletir a ação de programas de reflorestamento, regeneração natural em áreas de pastagem abandonadas ou correções de base de dados geoespaciais. Ainda assim, a cobertura

florestal permanece abaixo dos níveis observados em Itupiranga e muito aquém da média estadual (Gráfico 26).

No estado do Pará, a proporção de área coberta por floresta é significativamente superior aos recortes regionais e municipais. Apesar de uma pequena queda entre 2019 e 2021 (de 66,9% para 64,2%), houve estabilidade nos anos seguintes, encerrando 2023 com 65,1%. Isso demonstra relativa resiliência da cobertura florestal no conjunto do território estadual, embora a perda registrada em algumas regiões específicas – como Itupiranga e a RI – evidencie pressões territoriais localizadas que podem comprometer a sustentabilidade ambiental no longo prazo (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O município de Itupiranga apresenta um cenário preocupante: o percentual de área desmatada aumentou gradualmente entre 2019 e 2022, passando de 62,3% para 64,8%, antes de apresentar discreta redução para 64,5% em 2023. Isso significa que quase dois terços do território municipal já foram desmatados, um indicador crítico de degradação ambiental. Tal padrão pode estar ligado à expansão da agropecuária extensiva e à exploração madeireira, o que aponta para desafios urgentes em termos de políticas de conservação e uso sustentável da terra (Gráfico 27).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante, embora o percentual absoluto tenha se mantido ligeiramente inferior

ao de Itupiranga. O indicador variou de 59,1% em 2019 para 61,3% em 2023, com uma breve aceleração em 2022. Esses dados revelam que a região segue uma trajetória contínua de uso intensivo do solo, com poucas evidências de interrupção do processo de desmatamento. Isso pode comprometer a integridade de ecossistemas regionais e os estoques de carbono florestal, além de acentuar a vulnerabilidade climática (Gráfico 27).

Em nível estadual, o percentual de área desmatada aumentou de forma mais contida, passando de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Apesar de representar uma fração menor da área total, o crescimento constante do indicador demonstra que o desmatamento ainda é uma reali-

dade em larga escala no Pará. O fato de o desmatamento ser mais concentrado em determinadas regiões, como o sul do estado, evidencia a importância de ações territoriais específicas e do fortalecimento de mecanismos de fiscalização e incentivo à economia florestal sustentável (Gráfico 27).

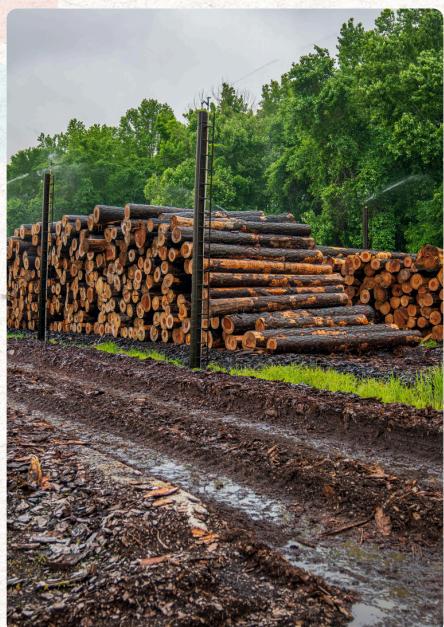
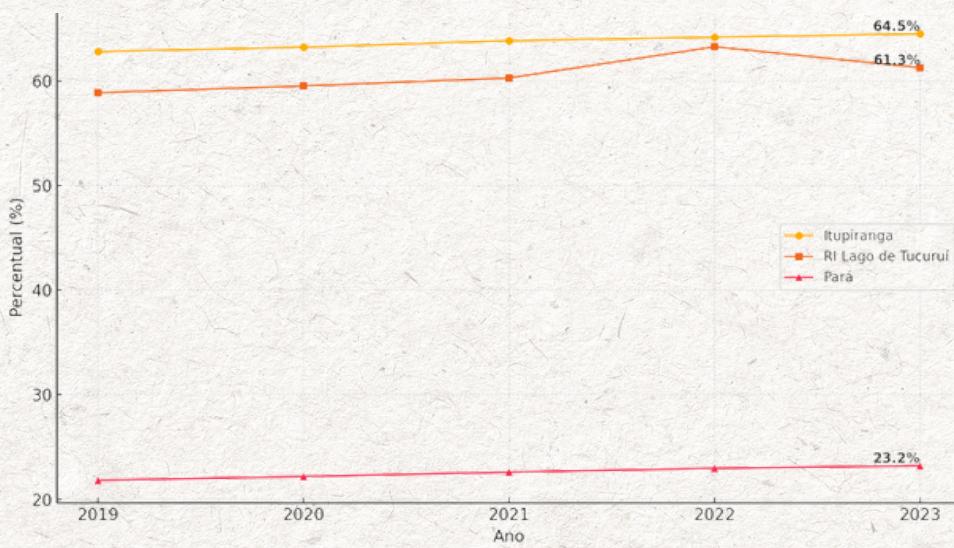


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

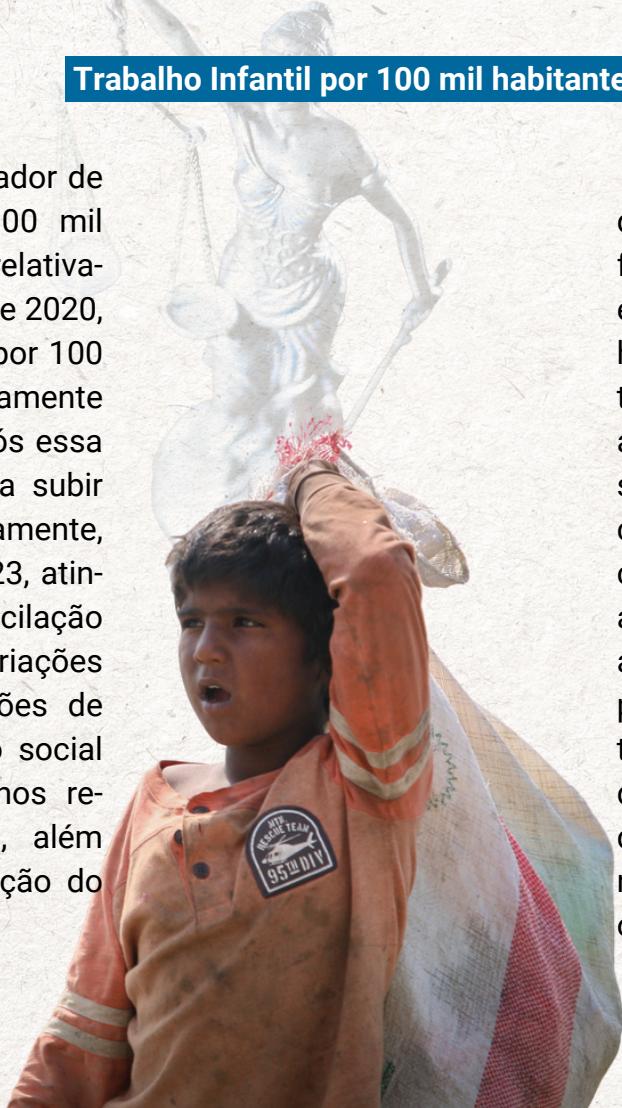
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Itupiranga, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes manteve-se relativamente estável em 2019 e 2020, com cerca de 4 casos por 100 mil, mas caiu drasticamente para zero em 2021. Após essa queda abrupta, voltou a subir para 4 em 2022 e, novamente, registrou queda em 2023, atingindo 2 casos. Essa oscilação pode indicar tanto variações na efetividade das ações de fiscalização e proteção social quanto instabilidades nos registros administrativos, além de possível subnotificação do fenômeno (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

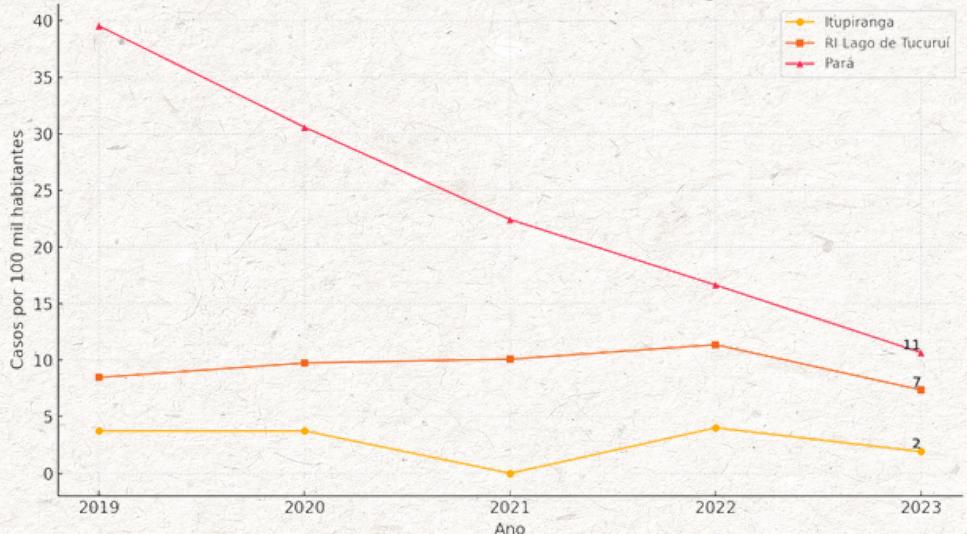
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi mais estável, mantendo-se entre 9 e 11 casos por 100 mil habitantes ao longo de quase todo o período. Houve um leve aumento entre 2019 e 2022, seguido de uma queda para 7 casos em 2023. Os valores consistentemente superiores aos de Itupiranga sugerem que a RI enfrenta desafios mais persistentes em erradicar o trabalho infantil, possivelmente devido à presença de atividades econômicas informais ou rurais que demandam mão de obra precoce (Gráfico 28).





No estado do Pará, houve uma queda significativa do trabalho infantil, partindo de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. Essa trajetória descendente demonstra avanços expressivos em políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência, como fortalecimento da rede de assistência social, ampliação da escolarização e atuação do sistema de garantias de direitos. Ainda assim, os valores iniciais elevados apontam para um contexto anterior de grande vulnerabilidade que exigiu respostas coordenadas e duradouras (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Itupiranga, a taxa de homicídios apresentou comportamento oscilante entre 2019 e 2023. O índice começou em 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 41 em 2020, caiu significativamente para 28 em 2021, retornou a 34 em 2022 e voltou a cair para 28 em 2023. Essa variação pode refletir fatores sazonais, ações pontuais de segurança pública ou até dinâmicas ligadas ao crime organizado e conflitos agrários, comuns em áreas com histórico de disputa fundiária ou vulnerabilidades urbanas (Gráfico 29).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a variação foi ainda mais acentuada. A taxa caiu de 43 em 2019 para 29 em 2020, voltou a subir progressivamente até atingir 50 homicídios por 100 mil habitantes em 2022 – o pico da série – e caiu para 43 em 2023. Esse comportamento aponta para um contexto de instabilidade na segurança pública regional, exigindo estratégias integradas e de longo prazo para a redução sustentável da violência letal (Gráfico 29).

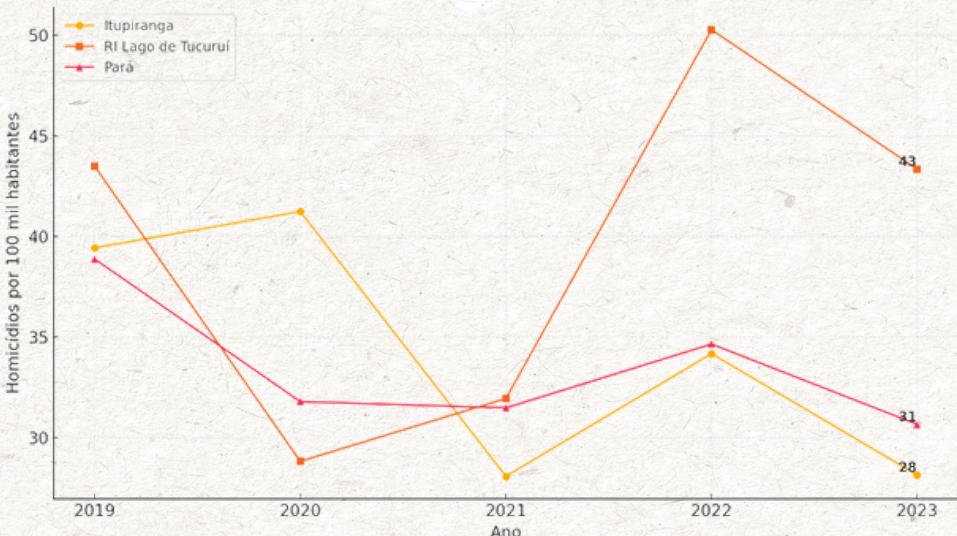
No estado do Pará, a taxa de homicídios apresentou tendência de queda moderada no pe-

riodo. Saiu de 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 para 31 em 2023, com um leve aumento em 2022. Esse padrão sugere que as políticas estaduais de segurança pública têm surtido efeito, embora ainda haja desafios estruturais, especialmente em regiões periféricas e áreas de fronteira agrícola, onde os índices continuam elevados. A manutenção de taxas acima da média nacional indica a necessidade de continuidade e ampliação das ações de prevenção e repressão à violência (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Itupiranga apresentou uma leve oscilação no percentual do PIB destinado ao gasto público municipal. Em 2018, o indicador estava em 24,4%, sofrendo uma queda até 2020, quando atingiu 20,6%, seguida de uma recuperação gradual nos dois anos seguintes, encerrando 2022 com 22,4%. Apesar da redução inicial, Itupiranga manteve um nível relativamente elevado de participação do gasto público no PIB, o que pode indicar forte dependência da máquina pública na movimentação da economia local ou uma estrutura administrativa de grande peso frente ao setor produtivo (Gráfico 30).

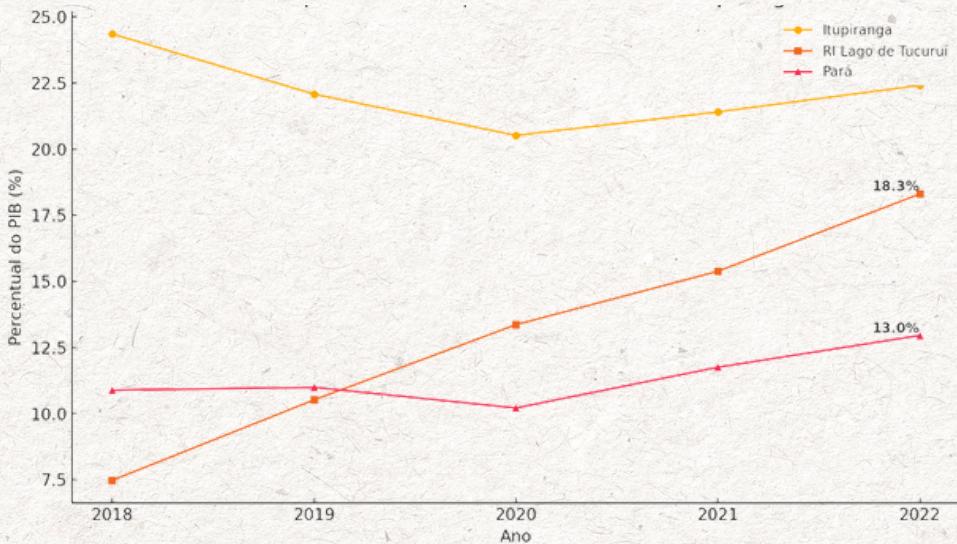
Na Região de Integração Lago

de Tucuruí, observou-se uma tendência de crescimento consistente ao longo do período. O gasto público municipal representava apenas 7,4% do PIB em 2018, subindo gradualmente até alcançar 18,3% em 2022. Essa elevação pode refletir um fortalecimento da capacidade de arrecadação, ampliação de investimentos públicos ou crescimento mais lento da base econômica regional, o que eleva o peso relativo dos gastos públicos. O crescimento também pode sinalizar maior protagonismo dos municípios na oferta de serviços públicos, especialmente em áreas carentes de infraestrutura e assistência (Gráfico 30).

O estado do Pará manteve

uma trajetória mais moderada, com o indicador praticamente estável entre 2018 e 2019 (11,0%), registrando leve queda em 2020 (10,2%) e crescimento nos dois anos seguintes, encerrando em 13,0% em 2022. Essa evolução demonstra uma recuperação gradual da capacidade de investimento público após os impactos iniciais da pandemia, mas também revela que o peso relativo dos gastos municipais no PIB estadual é inferior ao verificado em Itupiranga e na RI Lago de Tucuruí. Isso sugere maior diversificação econômica em nível estadual, com menor dependência das administrações locais para sustentar a atividade econômica (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Itupiranga apresentou crescimento expressivo, partindo de apenas 0,8 pontos por 100 habitantes e alcançando 6,7 pontos em 2023. O avanço foi mais acentuado a partir de 2021, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Essa evolução pode estar associada a investimentos em infraestrutura digital, expansão do mercado de provedores locais e aumento da demanda por conectividade, especialmente impulsionada pela pandemia e pela digitalização de serviços públicos e atividades educacionais (Gráfico 31).

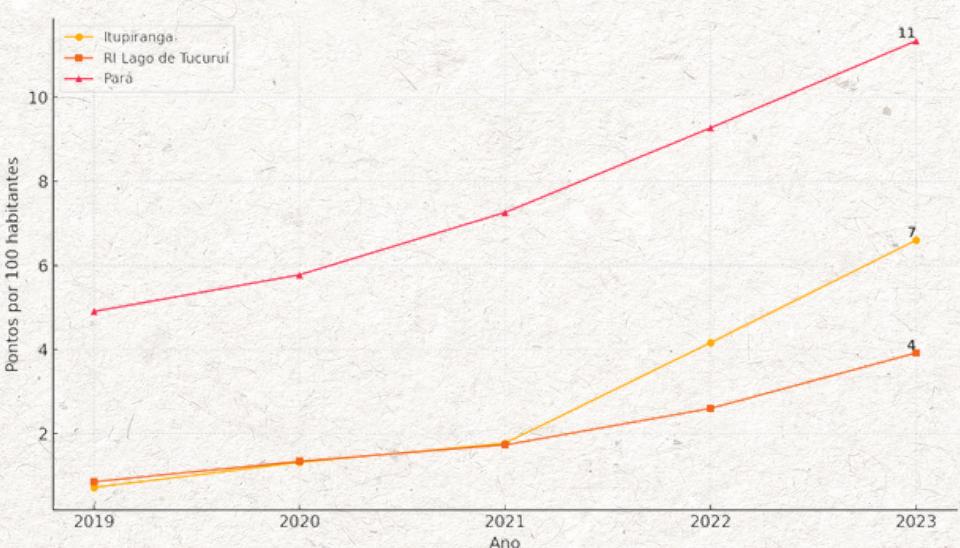
Na Região de Integração Lago

de Tucuruí, o crescimento também foi positivo, mas mais gradual. O indicador saiu de 0,9 em 2019 para 4,0 pontos em 2023. Apesar de consistente, o ritmo de expansão foi inferior ao observado em Itupiranga, o que pode indicar desigualdade na distribuição de investimentos ou desafios logísticos e geográficos na implementação de redes de internet fixa na região. Ainda assim, o crescimento contínuo revela um processo de inclusão digital em curso, embora ainda aquém da média estadual (Gráfico 31).

No estado do Pará, a taxa de acesso à banda larga fixa aumentou de forma robusta e

contínua, partindo de 4,9 pontos em 2019 e atingindo 11 pontos por 100 habitantes em 2023. Esse desempenho indica avanços significativos na conectividade domiciliar, especialmente nos grandes centros urbanos e regiões economicamente mais dinâmicas. A disparidade entre os níveis estadual, regional e municipal evidencia, no entanto, um desafio persistente de interiorização da infraestrutura digital, crucial para garantir equidade de acesso à informação, educação e oportunidades econômicas no território paraense (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



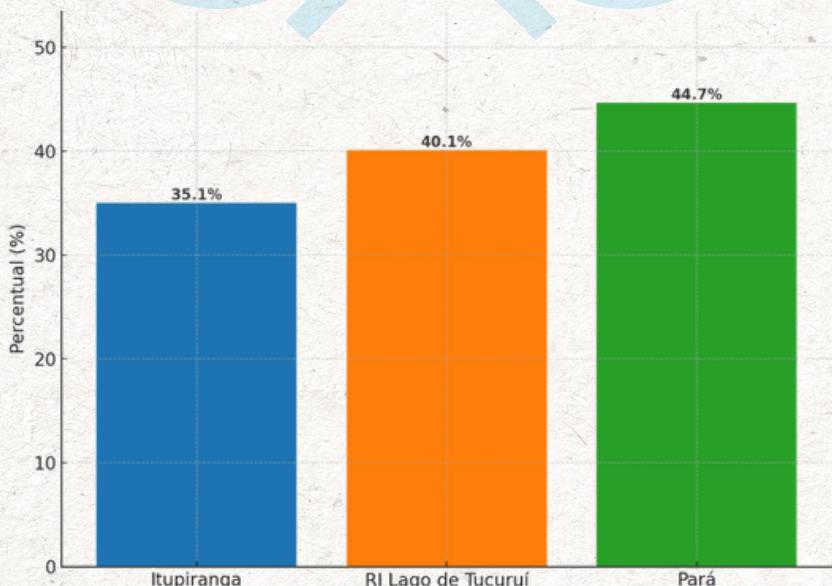
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Itupiranga** registrou um IDS de **35,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Itupiranga x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

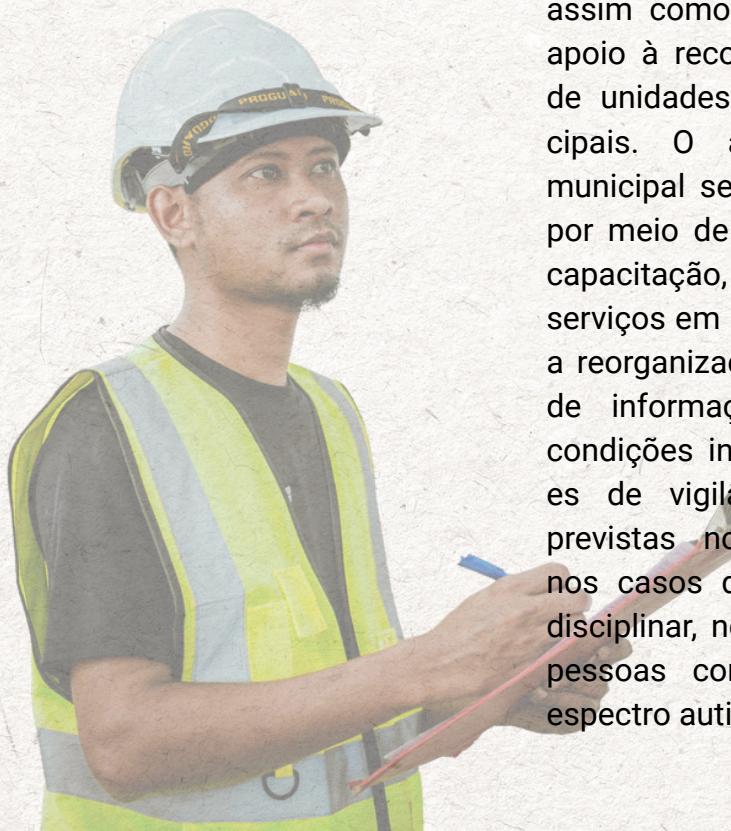
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

